

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CRISTIANE RIBEIRO PIRES

GERAÇÕES OU CICLOS DE VIDA? ANALISANDO O EFEITO DA IDADE SOBRE
VALORES PÓS-MATERIALISTAS NO BRASIL¹

São Carlos - SP
2026

¹ Projeto totalmente financiado pela FAPESP com o processo de número 2024/05589-7

CRISTIANE RIBEIRO PIRES

**GERAÇÕES OU CICLOS DE VIDA? ANALISANDO O EFEITO DA IDADE SOBRE
VALORES PÓS-MATERIALISTAS NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política da Universidade Federal de São Carlos,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Mestra em Ciência Política.

Área de Concentração: Instituições,
Organizações e Comportamento Político

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi

São Carlos - SP

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Cristiane Ribeiro Pires, realizada em 24/02/2026.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro (UFSCar)

Prof. Dr. Lucas Toshiaki Archangelo Okado (UFPA)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

*Aos meus pais, Marise e Sergio, fontes
inesgotáveis de luz*

AGRADECIMENTOS

É impossível começar qualquer agradecimento sem que os nomes dos meus pais apareçam instantaneamente. Quaisquer outras palavras seriam insuficientes para exprimir minha gratidão, então me limito a dizer: Marise e Sergio, obrigada por tudo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sou grata pelo financiamento integral desta pesquisa.

Agradeço ao Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi não apenas pela orientação acadêmica, mas por ser um ser humano ímpar e inspirar, de tantas maneiras, seus alunos e orientandos.

Agradeço ao meu companheiro, Daniel, por todo o amor e por estar sempre pronto para segurar minhas mãos quando me faltam forças.

Agradeço à minha família por ser um lugar seguro e acolhedor para onde sei que posso sempre retornar.

Aos amigos que não fazem parte do mundo acadêmico, mas que são parte indissociável de mim, agradeço por todo o apoio e carinho.

Agradeço aos membros - e amigos - do nosso grupo de pesquisa VOX, por todas as viagens, momentos, sorrisos e lágrimas compartilhadas.

Agradeço a todos os professores e mestres que fizeram parte da minha trajetória acadêmica até aqui. Ainda que alguns de maneira mais direta do que outros, todos foram essenciais para minha formação como pessoa e profissional. Especificamente, aos Profs. Drs. Ednaldo Ribeiro, Lucas Okado e Pedro Ribeiro pelas riquíssimas contribuições a este trabalho.

Este trabalho só foi possível porque “me apoiei sobre os ombros de gigantes”.

“Qual o sentido da vida? Era só isso - uma pergunta simples; uma pergunta que tendia a se impor mais e mais com o passar dos anos. A grande revelação jamais viera. A grande revelação talvez jamais viesse. Em lugar dela, havia a cada dia pequenos milagres, iluminações, fósforos riscados inesperadamente na escuridão; este era um deles”.

Virginia Woolf

RESUMO

A ascensão de uma nova onda democrática em vários países e a posterior queda e reversão de algumas experiências incentivaram diversas pesquisas que buscaram compreender como nascem e como se mantêm esses regimes. No campo da cultura política, a preocupação se voltou para a distribuição de valores e comportamentos. Sob essa abordagem, Ronald Inglehart trouxe importantes contribuições ao revisitar a teoria da modernização e criar o conceito de pós-materialismo. Em pesquisa anterior, explorei este conceito no Brasil e os resultados apontaram para uma maior tendência de adesão entre os jovens. O objetivo central deste estudo é compreender de que maneira a variável idade influencia a formação de valores pós-materialistas, considerando suas diferentes dimensões analíticas. Para tal, utilizamos o banco de dados do *World Values Survey* e a abordagem APC (*Age, Period and Cohort effects*), que permitem uma compreensão mais robusta dos efeitos de idade, período e coorte sobre os valores enfatizados pelas diferentes gerações. Os resultados sugerem que o caso brasileiro se afasta parcialmente do modelo clássico proposto por Inglehart. Em um contexto de desigualdade persistente e segurança material instável, outros mecanismos (escolaridade e interesse por política) parecem desempenhar papel central na formação de valores pós-materialistas, contribuindo para o debate sobre mudança valorativa em democracias consideradas periféricas.

Palavras-chave: pós-materialismo; gerações; ciclos de vida; APC

ABSTRACT

The rise of a new democratic wave in several countries and the subsequent fall and reversal of some experiences have encouraged various research projects seeking to understand how these regimes are born and maintained. In the field of political culture, the focus has turned to the distribution of values and behaviors. Under this approach, Ronald Inglehart made important contributions by revisiting the modernization theory and creating the concept of postmaterialism. In previous research, I explored this concept in Brazil, and the results pointed to a greater tendency for adherence among young people. The central objective of this study is to understand how the variable of age influences the formation of postmaterialist values, considering its different analytical dimensions. To this end, we use the World Values Survey database and the APC (Age, Period and Cohort effects) approach, which allows for a more robust understanding of the effects of age, period, and cohort on the values emphasized by different generations. The results suggest that the Brazilian case partially deviates from the classic model proposed by Inglehart. In a context of persistent inequality and unstable material security, other mechanisms (education and interest in politics) appear to play a central role in the formation of postmaterialist values, contributing to the debate on value change in the so considered peripheral democracies.

Keywords: postmaterialism; generations; life cycles; APC

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Faixas Etárias.....	47
Tabela 2. Condição Juvenil.....	47
Tabela 3. Gerações por Trajetória Econômica.....	52
Tabela 4. Gerações por Trajetória Política.....	53
Tabela 5. Ano-survey.....	54
Tabela 6. Determinantes do Pós-Materialismo (APC “clássico”).....	60
Tabela 7. Determinantes do Pós-Materialismo (Gerações Econômicas).....	63
Tabela 8. Teste <i>Best Linear Unbiased Predictors</i> (BLUPs).....	66
Tabela 9. Determinantes do Pós-Materialismo (Gerações Políticas)	69
Tabela 10. Efeitos Marginais Médios (Gerações Políticas).....	87
Tabela 11. Efeitos Marginais Médios (Escolaridade).....	87
Tabela 12. Efeitos Marginais Médios (Interesse por Política).....	87
Tabela 13. Efeitos Marginais Médios (Condição Juvenil)	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Distribuição dos Itens do Índice de Pós-materialismo de acordo com a classificação proposta por Inglehart.....	42
Quadro 2. Recortes Geracionais por Trajetória Econômica.....	49
Quadro 3. Recortes Geracionais por Trajetória Política.....	51
Quadro 4. Ondas e aplicações do WVS no Brasil.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Países em processo de autocratização vs. Países em processo de democratização (1974-2024).....	19
Gráfico 2. Condição Juvenil x Idade.....	48
Gráfico 3. Distribuição do Índice de Pós-materialismo (%).....	55
Gráfico 4. Média de Pós-Materialismo por Onda.....	56
Gráfico 5. Média de Pós-Materialismo por Coorte.....	57
Gráfico 6. Média de Pós-Materialismo por Gerações Econômicas.....	58
Gráfico 7. Média de Pós-Materialismo por Ciclo de Vida.....	59
Gráfico 8 - Efeitos Marginais Médios (Gerações Políticas).....	71
Gráfico 9 - Efeitos Marginais Médios (Escolaridade).....	72
Gráfico 10 - Efeitos Marginais Médios (Interesse por Política).....	73
Gráfico 11 - Efeitos Marginais Médios (Condição Juvenil).....	74

LISTA DE ABREVIATURAS

APC	<i>Age-Period-Cohort</i>
WVS	<i>World Values Survey</i>
V-Dem	<i>Varieties of Democracy</i>
HAPC	<i>Hierarchical Age–Period–Cohort Models</i>
BLUPs	<i>Best Linear Unbiased Predictors (BLUPs)</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
2. CAPÍTULO TEÓRICO	18
2.1 INSTITUIÇÕES E CULTURA POLÍTICA	18
2.2 CULTURA POLÍTICA E PÓS-MATERIALISMO	21
2.2.1 PÓS-MATERIALISMO E CULTURAL BACKLASH	25
2.2.2 PÓS-MATERIALISMO NO BRASIL	26
2.3 GERAÇÕES, PERÍODO E CICLO DE VIDA	31
2.3.1 GERAÇÕES E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	32
2.3.2 PERÍODOS E MODELOS DE APRENDIZADO POLÍTICO	33
2.3.3 CICLOS DE VIDA E ATITUDES POLÍTICAS	35
3. DADOS E MÉTODOS	39
3.1 BANCO DE DADOS	39
3.2 VARIÁVEL DEPENDENTE	42
3.3 VARIÁVEIS INDEPENDENTES - APC	43
3.3.1 CICLOS DE VIDA	44
3.3.2 COORTES (GERAÇÕES)	48
3.3.3 PERÍODO	53
4. ANÁLISES E RESULTADOS	55
4.1. MODELO 1: APC COM IDADE, PERÍODO E COORTES	59
4.2. MODELO 2: APC COM CICLOS DE VIDA, PERÍODO E GERAÇÕES ECONÔMICAS	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICE - Tabelas Complementares	87

INTRODUÇÃO

Um dos temas de interesse da Ciência Política é a relação entre gerações e cultura política, especialmente no que diz respeito aos valores e atitudes políticas acerca da legitimidade do sistema democrático. A análise geracional permite compreender como experiências históricas distintas, vividas por diferentes coortes etárias, moldam percepções sobre instituições, participação e confiança política. Esse enfoque torna-se particularmente relevante em contextos de transformação social e política, nos quais novas gerações são socializadas sob condições econômicas, culturais e tecnológicas diversas das que marcaram as gerações anteriores. Nesse sentido, o estudo da relação entre idade, valores e legitimidade democrática possibilita identificar padrões de continuidade e mudança na cultura política ao longo do tempo, contribuindo para uma compreensão mais ampla dos processos de consolidação, estabilidade ou crise das democracias contemporâneas.

Durante minha pesquisa de iniciação científica, observamos que as coortes mais jovens no Brasil apresentavam maiores índices de valores pós-materialistas. Por outro lado, os dados também apontaram para um efeito modesto numa tendência oposta, com os mais velhos atribuindo maior valor às eleições livres – marca fundamental do regime democrático. Esses resultados motivaram o presente problema de pesquisa: de que maneira a idade influencia a formação dos valores pós-materialistas no Brasil?

O objetivo geral é analisar: 1) a natureza do efeito da “idade”; e 2) o seu efeito sobre os valores pós-materialistas dos brasileiros. O foco do primeiro ponto reside nas diferentes interpretações relacionadas à variável “idade”, especialmente quando examinada por meio de dados transversais. Isso ocorre porque é difícil discernir se os efeitos desta são atribuídos aos ciclos de vida, ou seja, aos efeitos que o processo de envelhecimento possui em termos pessoais, sociais e políticos; a um efeito geracional, que se refere a influência produzida por um contexto que impacta um grupo de pessoas de forma a moldar, de maneira persistente no tempo, seu conjunto de crenças, valores e atitudes; ou ao período, ou seja, aos efeitos provocados por acontecimentos em uma sociedade que marcam a todos de maneira semelhante, independentemente de seus marcadores sociais.

O segundo ponto retoma uma agenda central da literatura sobre cultura política, inaugurada por Ronald Inglehart na década de 1970 e incorporada ao debate brasileiro a partir dos anos 1990 (Castro, 1994). Essa agenda diz respeito aos estudos sobre valores pós-materialistas, cujo pressuposto fundamental é que transformações econômicas de longo

prazo produzem mudanças nos valores dos indivíduos, as quais, por sua vez, influenciam o funcionamento e a configuração das instituições políticas.

Mas qual a relevância das pesquisas sobre este tema? E por que devemos nos aprofundar na questão da substituição geracional no contexto brasileiro? Mishler e Rose (2007) chamam atenção para duas razões. A primeira delas é histórica e aponta para o fato de que todas as gerações em uma sociedade são socializadas em um ambiente de cultura política comum. Contudo, dependendo da condição histórica predominante em determinado momento — como guerras ou crises —, aspectos diferentes dessa cultura podem ser enfatizados. A segunda razão seria relacionada a transformações sociais e econômicas: o processo de modernização permite que gerações diferentes cresçam em contextos muito distintos. Além disso, Fuks et al. (2018) afirmam que a maioria dos estudos na área foram conduzidos em países com longas experiências democráticas, o que impede que seja feita uma comparação entre gerações que viveram sob diferentes regimes, como no caso brasileiro. As diferenças nos contextos econômicos, sociais e políticos presentes em novas democracias apresentam questões específicas importantes para os estudos geracionais (Mishler e Rose, 2007).

Assim, estabelecer essas diferenças é fundamental, pois traz consequência às interpretações dos fenômenos políticos. Por exemplo, se os valores pós-materialista dos jovens são resultado de um efeito geracional, podemos inferir que, ao longo do tempo e com a substituição geracional, eles se tornarão predominantes nas sociedades futuras, transformando a cultura política do país. No entanto, se isso for específico de um ciclo de vida, é provável que diminua à medida que as pessoas envelhecem, transformando naturalmente os valores com o passar do tempo (Claassen e Magalhães, 2023).

Para separar esses efeitos e investigar como atitudes e comportamentos variam ao longo do tempo, os pesquisadores têm utilizado a abordagem *Age-Period-Cohort* (APC). Esta parte da ideia de que mudanças em fenômenos como adesão à democracia, religiosidade ou participação política podem ser explicadas por três fatores distintos: idade, que se refere a mudanças previsíveis ao longo do ciclo de vida (como maior engajamento político com o envelhecimento); período, que capta os efeitos de eventos históricos ou conjunturais que afetam todas as faixas etárias simultaneamente (como crises econômicas ou mudanças políticas); e coorte, que diz respeito às características geracionais formadas por experiências históricas compartilhadas por pessoas nascidas na mesma época (como uma geração socializada durante uma ditadura militar). A análise APC permite, assim, isolar o que é efeito

da maturidade individual, o que é resposta a acontecimentos vividos no tempo presente e o que é próprio das experiências de cada geração.

O grande desafio da análise APC é a identificação estatística: como idade, período e coorte estão matematicamente relacionados ($\text{Idade} = \text{Período} - \text{Coorte}$), os efeitos dessas três variáveis são linearmente dependentes, o que dificulta estimá-los separadamente. Isso significa que, sem uma estratégia adequada, não é possível saber com segurança se uma mudança observada nas atitudes em um determinado ano decorre do envelhecimento dos indivíduos, do contexto histórico ou das características de cada geração. Para superar essa dificuldade, os pesquisadores utilizam modelos estatísticos avançados, como modelos hierárquicos com restrições, efeitos fixos ou aproximações bayesianas.

No contexto brasileiro, a análise APC pode ser útil para entender transformações recentes no apoio à democracia, especialmente em um cenário marcado por instabilidade política, crescimento das redes sociais e ascensão de lideranças populistas. Por exemplo, os dados do *World Values Survey* (WVS) mostram que jovens brasileiros apresentam, em média, menor adesão ao regime democrático do que grupos mais velhos. Mas a razão para isso não está clara: será que se trata de um efeito da idade e esses jovens se tornarão mais democráticos com o tempo? Ou será que eles pertencem a uma nova geração (coorte) mais cética quanto à democracia, formada após as crises políticas de 2013 e 2016? Ou ainda, será que eventos recentes como a pandemia e a crescente onda de desinformação nas redes sociais afetaram todas as idades igualmente, indicando um efeito de período? A análise APC ajuda a responder a estas e outras perguntas de forma mais precisa, permitindo desenhar políticas públicas e estratégias de engajamento mais bem calibradas para diferentes segmentos da sociedade.

Neste sentido, a realidade brasileira é um caso robusto para compreendermos o fenômeno das diferenças geracionais. Devido às nossas experiências ainda recentes de autoritarismo e redemocratização, coortes diferentes viveram seus anos mais intensos de socialização em contextos políticos e institucionais muito diversos (Ribeiro e Ayres, 2012). Contudo, a literatura sobre o tema está muito concentrada nos países de longa tradição democrática. Há ainda pouca atenção sobre o Brasil e, além disso, poucos estudos enxergam as gerações como uma chave para compreender atitudes democráticas. É comum que os autores utilizem a variável “idade” apenas como uma variável de controle, ao invés de explorar seu verdadeiro potencial explicativo (Fuks et al., 2018).

Depois desta introdução, este trabalho está dividido em um capítulo teórico, onde discutimos as teorias que norteiam a análise aqui empreendida; um capítulo metodológico,

onde apresentamos o banco de dados, as principais variáveis de interesse e as técnicas que serão utilizadas; logo após, apresentamos as análises descritivas e os modelos estatísticos empregados para compreender os determinantes do pós-materialismo no Brasil; e, por fim, trazemos as considerações finais a partir dos resultados encontrados.

2. CAPÍTULO TEÓRICO

2.1 INSTITUIÇÕES E CULTURA POLÍTICA

Compreender os valores políticos dos cidadãos é particularmente relevante no contexto contemporâneo, marcado por um crescente diagnóstico de deterioração democrática. Diversos pesquisadores têm descrito esse cenário por meio de conceitos como “crise democrática”, “reversão democrática”, “desdemocratização” e “autocratização”, entre outros, os quais, apesar de suas diferenças analíticas, convergem na indicação de que o avanço democrático em escala global encontra-se, atualmente, em processo de retração.

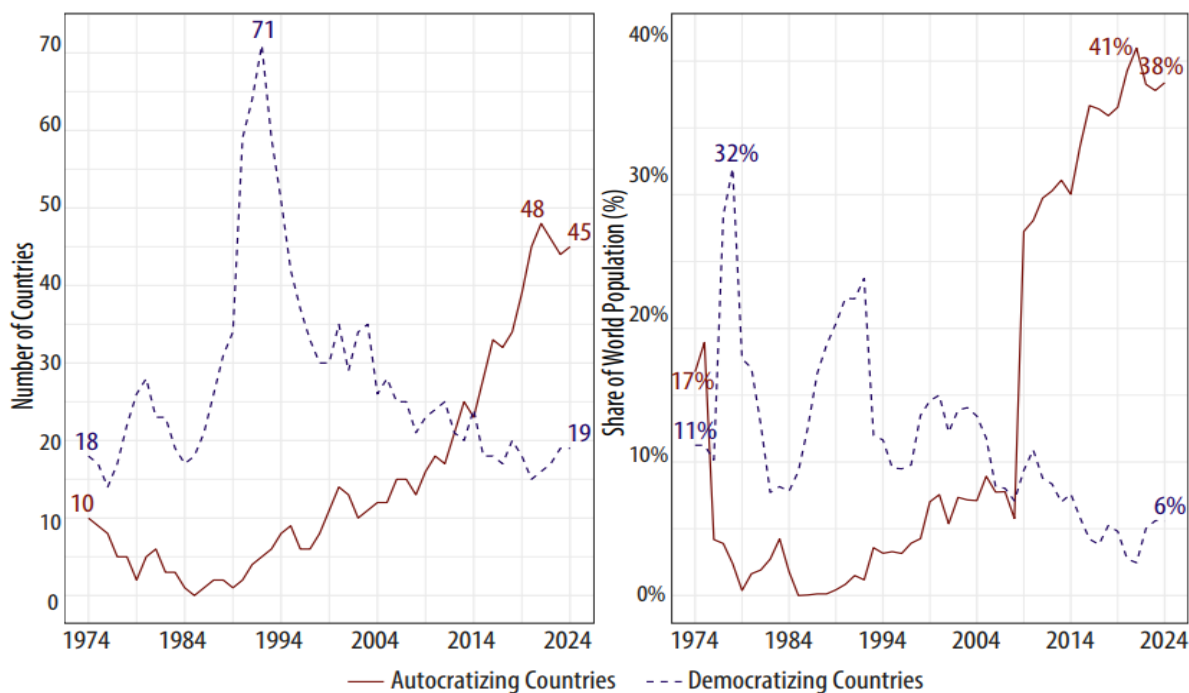
O relatório mais recente do projeto *Varieties of Democracy* (V-Dem) — a maior base de dados sobre democracia em escala global — revela uma tendência preocupante: considerando a visão liberal de democracia proposta pelo projeto, observa-se que, desde 2009, a proporção de pessoas vivendo em países que enfrentam processos de autocratização ultrapassou a daqueles que passam por processos de democratização. Atualmente, cerca de 72% da população mundial (3 entre 4 pessoas) vive sob regimes autocráticos. Trata-se de um crescimento expressivo e marca o maior percentual desde 1978. Além disso, um número crescente de países está passando por processos de autocratização: dos 45 apontados no relatório, 27 eram democracias até menos de duas décadas atrás.

O Gráfico 1 mostra os padrões de democratização e autocratização no mundo entre 1974 e 2024. À esquerda, vemos que o número de países em processo de autocratização apresenta um crescimento constante desde meados da década de 1980, atingindo um recorde histórico de 48 em 2021. Seguindo a tendência oposta, os países em democratização atingiram o ponto mais baixo em 50 anos em 2017. Depois de um aumento substancial do número de países em processo de democratização entre as décadas de 1980 e 1990, a porcentagem da população mundial vivendo em países em processo de democratização caiu vertiginosamente, chegando a 5% em 2023.

Embora parte da literatura recente questione a metodologia empregada pelo V-Dem e, consequentemente, a validade empírica das evidências em favor da tese do retrocesso democrático (Little e Meng, 2024), é possível sustentar que, ao menos, há uma preocupação crescente com a democracia e com os desafios associados à sua consolidação. Essa

inquietação não se limita a países emergentes ou a democracias recentes, estendendo-se também a regimes democráticos antigos e institucionalmente consolidados.

Gráfico 1 – Países em processo de autocratização vs. Países em processo de democratização (1974-2024)



Fonte: Democracy report 2025: 25 years of autocratization - Democracy trumped?

Pesquisas recentes sustentam que a crise democrática global é também uma crise de legitimidade. Nessa direção, Foa e Mounk (2016) argumentam que democracias consideradas consolidadas vêm passando por um processo de desconsolidação democrática, caracterizado pela erosão do apoio normativo à democracia e pela crescente abertura dos cidadãos a alternativas autoritárias. Com base em dados do WVS e do *European Values Survey*, os autores mostram que a confiança em instituições centrais — como parlamentos, partidos políticos, governos e a imprensa — declinou de forma consistente na América do Norte e na Europa Ocidental ao longo das últimas décadas.

Mais substantivamente, identificam uma queda expressiva no apoio à democracia como forma de governo: nos Estados Unidos, por exemplo, 24% dos jovens entrevistados em 2011 afirmaram que a democracia é uma maneira “ruim” ou “muito ruim” de governar o país, proporção significativamente superior à observada entre gerações mais velhas. Em paralelo, o apoio a alternativas autoritárias aumentou de maneira relevante: a proporção de

norte-americanos favoráveis a um “governo militar” passou de cerca de 6% em meados da década de 1990 para aproximadamente 16% nas pesquisas mais recentes. Tendências semelhantes são observadas em outras democracias avançadas, como Reino Unido, Holanda, Suécia, Austrália e Nova Zelândia, onde o percentual de cidadãos jovens que consideram “fundamental” viver em uma democracia é substancialmente menor do que entre aqueles socializados no pós-guerra. Para Foa e Mounk (2016), esses padrões indicam de forma bastante robusta que a democracia estaria gradualmente deixando de ser percebida como “o único jogo possível”, à medida que cresce o ceticismo quanto ao seu valor intrínseco e se amplia a disposição para tolerar ou apoiar soluções políticas de caráter autoritário.

Um ponto central da argumentação dos autores é que a transformação observada nas democracias contemporâneas estaria associada a um processo de substituição geracional, no qual coortes mais jovens demonstram menor apreço pelo regime democrático e níveis mais baixos de engajamento político quando comparadas às gerações anteriores. Claassen e Magalhães (2023) aprofundam empiricamente essa tese ao analisar o apoio à democracia nos Estados Unidos por meio de modelos APC estimados com *Generalized Additive Models* a partir de dados do *AmericasBarometer* e do WVS. Os autores demonstram que coortes mais jovens apresentam níveis consistentemente mais baixos de apoio normativo à democracia quando comparadas às gerações mais antigas, mesmo após o controle simultâneo por efeitos de idade e de período.

As estimativas indicam que esse diferencial geracional é substantivo e estatisticamente robusto, refletindo um declínio contínuo do apoio democrático de uma coorte para a seguinte desde, ao menos, o pós-Segunda Guerra Mundial. Ademais, a análise não identifica efeitos significativos de período nem evidência de um efeito positivo de ciclo de vida: os níveis mais baixos de apoio à democracia observados entre os jovens não tendem a se elevar com o envelhecimento. Esses resultados sugerem que o declínio agregado no apoio à democracia decorre predominantemente de um processo de substituição geracional, e não de choques conjunturais ou de um padrão temporário associado à juventude.

Mas essa dinâmica não é exclusiva de democracias consolidadas. Na América Latina, as fraquezas institucionais, altas desigualdades e déficits de provisão de bens públicos como saúde, saneamento e emprego, criam um terreno fértil para o desencanto jovem com a democracia. Dados da região mostram que quanto menor a idade, menor o apoio ao regime e maior a preferência por um governo autoritário². Essas tendências indicam que o Brasil não é

² <https://www.latinobarometro.org/news/informe-latinobarometro-2024-la-democracia-resiliente?>

um caso isolado, mas integra uma dinâmica regional em que a expectativa de mais e melhores respostas públicas entra em conflito com experiências constantes de precariedade e corrupção.

Esses resultados parecem contrastar com uma das teorias mais influentes da literatura sobre cultura política na Ciência Política: a teoria do pós-materialismo, desenvolvida por Inglehart (1977, 1990, 1997) e posteriormente aprofundada em Inglehart e Welzel (2009). De modo geral, essa abordagem sustenta que gerações socializadas em contextos de maior segurança material e prosperidade econômica tendem a desenvolver valores pós-materialistas, caracterizados por maior ênfase na autonomia individual, na participação política e nos direitos civis, valores estes considerados mais congruentes com a democracia liberal. À luz dessa perspectiva, esperar-se-ia que as gerações mais jovens manifestassem níveis mais elevados — e não mais baixos — de apoio normativo ao regime democrático.

Para entender melhor esse cenário, é preciso estabelecer as bases teóricas que ajudam a explicá-lo. Nas duas próximas seções abordaremos a discussão sobre pós-materialismo e, em seguida, como ele foi absorvido e interpretado no contexto brasileiro.

2.2 CULTURA POLÍTICA E PÓS-MATERIALISMO

Depois de duas grandes Guerras Mundiais, o mundo assistiu ao colapso das ideias de progresso material e moral defendidas pelas perspectivas iluministas e liberais (Rennó, 1998). O sucesso da espécie humana deixou de ser visto como inevitável e contínuo para se tornar uma incógnita. O colapso de democracias ocidentais levantou uma questão: como foi possível que democracias se tornassem autocracias com o apoio de suas próprias populações?

Esta se tornou uma das principais preocupações dos cientistas políticos durante os anos 1960. Nesse momento, buscou-se explicações para além das instituições. O que explicava o sucesso da democracia em determinados lugares e seu fracasso em outros? O enfoque se deu sobre a relação entre cultura e estabilidade democrática: defendeu-se que a cultura política seria uma das responsáveis pela transformação das estruturas políticas de uma sociedade (Almond e Verba, 1963; Easton, 1975; Almond et al., 1993; Putnam, 1993). Para que a democracia surja e prospere, é preciso ir além das suas meras instituições formais, como a existência de partidos e o sufrágio universal. Nesse sentido, Almond e Verba (1963) defenderam que a democracia só sobreviveria se contasse com uma cultura política congruente.

Essa perspectiva marcou uma mudança de foco na Ciência Política: das estruturas formais de poder para os valores e atitudes que orientam o comportamento político. Como aponta Easton (1965), a estabilidade de um sistema político depende da existência de um apoio difuso às instituições e aos princípios que as sustentam, e não apenas do desempenho conjuntural dos governos. Assim, o estudo da cultura política tornou-se um campo central para compreender as bases subjetivas da legitimidade e da estabilidade das democracias.

A abordagem da cultura política foi alvo de críticas nas décadas seguintes, sobretudo por seu caráter excessivamente estático, determinista e etnocêntrico. Parte da literatura argumentou que a formulação original de Almond e Verba (1963) tendia a naturalizar a democracia liberal ocidental ao tomar a “cultura cívica” como modelo normativo ideal (Pye, 1991), além de negligenciar desigualdades de poder e condicionantes estruturais da participação política (Pateman, 1971; Jackman e Miller, 1996). Outros autores também destacaram sua limitada sensibilidade à mudança histórica (Dittmer, 1977). Em resposta a essas críticas, o conceito foi reformulado, passando a conceber a cultura política como um processo dinâmico de socialização e aprendizagem, condicionado por práticas sociais e contextos históricos específicos (Pye, 1991; Putnam, 1993).

Ainda nesse contexto de revisão conceitual, a teoria de Ronald Inglehart representou uma inflexão importante no estudo da cultura política. Ao propor a teoria da mudança intergeracional de valores, Inglehart (1977; 1990; 1997) reinterpretou a cultura política não como um traço fixo das sociedades, mas como um conjunto de orientações passível de transformação ao longo do tempo, em função das condições de socialização e das experiências vividas por diferentes gerações. Inspirado por abordagens sociopsicológicas e pela teoria da modernização, Inglehart (1977) argumenta que transformações ao nível do sistema — como desenvolvimento econômico, segurança material, expansão educacional, crescimento e diversificação da mídia — seriam responsáveis por uma mudança nas prioridades individuais. Ao experimentar tais mudanças, as pessoas podem deixar para trás preocupações relacionadas à sobrevivência física e material e, assim, priorizar metas relacionadas à qualidade de vida, bem-estar, autoexpressão, autonomia e participação política ativa.

Esses novos valores, chamados de pós-materialistas e transmitidos por meio da socialização política, dariam origem a formas distintas de envolvimento cívico e de apoio à democracia, deslocando o eixo analítico da estabilidade institucional para o da mudança cultural. Dessa forma, a contribuição de Inglehart pode ser vista como uma atualização do

paradigma da cultura política, ao integrá-lo em um modelo de transformação societal capaz de explicar as variações geracionais nas atitudes e comportamentos políticos.

Posteriormente, a teoria da mudança de valores proposta por Inglehart e Welzel (2009) ofereceu uma nova síntese, ao compreender a cultura política como produto da modernização e da segurança existencial, capaz de se transformar ao longo das gerações. Para desenvolver seus argumentos, os autores revisitam a teoria da modernização, integrando desenvolvimento socioeconômico, mudança cultural e o processo de democratização. Nesse sentido, afirmam que as teorias anteriores apresentavam um caráter simplista, como se o processo de transformação sociocultural fosse linear e inevitável. Sublinham, ainda, que o desenvolvimento econômico exerce, de fato, grande impacto sobre os valores de uma sociedade, mas que suas respectivas heranças culturais também agem de maneira relevante. De maneira geral, há uma interação entre desenvolvimento econômico e tradições culturais persistentes.

O crescimento econômico, os crescentes níveis de educação e acesso à informação e as novas dinâmicas de interações sociais fazem com que os respectivos recursos materiais, cognitivos e sociais tornem as pessoas mais independentes materialmente, intelectualmente e socialmente. Esse processo de modernização permite, então, maiores níveis de segurança e autonomia, fazendo com que as prioridades individuais mudem de preocupações antes ligadas à sobrevivência para questões simbólicas, como a busca por liberdade. O resultado desse processo foi cunhado pelos autores como a síndrome de valores de autoexpressão.

Tal cultura humanística transforma a maneira como a sociedade enxerga papéis de gênero, valores familiares, religiosidade, relações de trabalho, questões ambientais e participação política. No entanto, os autores ressaltam que tais mudanças só podem ocorrer em sociedades que experimentam longos períodos de prosperidade econômica, sustentando novos padrões de vida durante gerações distintas. Além disso, Inglehart e Welzel (2009) deixam claro que as heranças históricas e culturais também importam, atuando em conjunto com o processo de modernização econômica. Assim, a modernização não segue um trajeto linear e determinístico, pois não se move indefinidamente na mesma direção.

Devido às transformações mencionadas, as chamadas “sociedades pós-industriais” apresentam grandes diferenças intergeracionais, com as pessoas mais jovens apresentando valores distintos e menos ligados às questões de sobrevivência em comparação com as coortes mais velhas. Na direção contrária, sociedades que não experimentaram um aumento de seus recursos econômicos, intelectuais e sociais não demonstram diferenças entre gerações, visto

que os mais jovens continuam vivendo realidades semelhantes às de seus antepassados. Esses achados indicam, de acordo com os autores, que a mudança de valores não reflete meramente um processo de ciclo de vida, mas sim de diferenças geracionais mais amplas.

De maneira geral, a modernização socioeconômica seria, então, uma transformação que permite com que os indivíduos se tornem mais autônomos e seguros em várias esferas da vida. Consequentemente, como será explicado nos tópicos seguintes, ocorre uma maior demanda por princípios que constituem a essência da democracia. Ao estabelecer formalmente os direitos e liberdades que se tornam alvo dos indivíduos de sociedades modernizadas, o sistema democrático passa a ser a demanda política lógica, visto que a democracia permite maior autonomia e liberdade de escolha tanto na esfera privada quanto pública. Em suma, os valores de autoexpressão operam como uma força que aproxima a democracia formal da democracia realmente efetiva.

A modernização socioeconômica reduz as restrições externas à escolha humana ao incrementar os recursos materiais, cognitivos e sociais das pessoas. Isso gera uma ênfase de massa cada vez maior nos valores de autoexpressão, que, por sua vez, geram demandas populares crescentes de liberdades civis e políticas, igualdade de gênero e governos responsivos, contribuindo para a criação e manutenção de instituições mais adequadas à maximização da escolha humana - enfim, a democracia. (Inglehart e Welzel, 2009, p. 18)

Os dois pilares da teoria de mudança de valores de Inglehart são a hipótese da escassez e a hipótese da socialização (Inglehart, 1977; Tormos, 2012). O primeiro, baseado na pirâmide de prioridades de Maslow, indica a direção da mudança: as necessidades mais relacionadas à sobrevivência física são mais urgentes e devem ser satisfeitas para que outras, progressivamente mais simbólicas, surjam. Maslow afirma que as prioridades de um indivíduo refletem seu ambiente. Isto porque, em um cenário de escassez, as pessoas darão mais importância àquilo com menor disponibilidade (McLeod, 2023). De maneira geral, “a sobrevivência é uma meta humana tão básica que, quando incerta, determina toda a estratégia de vida de um indivíduo” (Inglehart e Welzel, 2009, pp. 45). A ideia é que, conforme as necessidades relacionadas à sobrevivência física e material sejam satisfeitas, pode-se, então, direcionar novos esforços a metas cada vez menos materialistas, como aquelas relacionadas à autonomia, autoexpressão e qualidade de vida (Inglehart, 1977).

A segunda hipótese é a da socialização, que afirma que a relação entre as prioridades valorativas e o contexto socioeconômico não mudam da noite para o dia: há um intervalo de tempo até que os valores básicos de um indivíduo passem a refletir as condições em que este

viveu durante seus anos de formação. Inglehart (2015) afirma a importância de se considerar que os valores refletem, na verdade, o sentido subjetivo de segurança, e não o nível econômico em si. Isso significa que, mesmo que os ricos se sintam mais seguros que os demais, o sentido da segurança também depende de outros fatores, como a cultura e instituições de bem-estar. Desta forma, as duas hipóteses se complementam: enquanto a hipótese da escassez demonstra que a prosperidade proporciona a ascensão de valores pós-materialistas, a da socialização argumenta que os valores do indivíduo e da sociedade levarão certo tempo para se transformarem. Este processo acontece conforme gerações mais jovens socializadas em contextos de maior segurança substituem as mais velhas socializadas em contextos de menor segurança.

2.2.1 PÓS-MATERIALISMO E *CULTURAL BACKLASH*

A teoria do pós-materialismo enfrenta um desafio importante, conforme já antecipado no início do capítulo: nações desenvolvidas têm experimentado retrocessos democráticos relevantes, como ilustrado pelo caso dos Estados Unidos. Essa contradição seria uma evidência do fracasso da teoria de Inglehart? Norris e Inglehart (2019) argumentam que não. Segundo os autores, os diagnósticos centrais da teoria permanecem corretos, mas os desdobramentos empíricos recentes exigem uma reformulação interpretativa.

Em *Cultural Backlash*, os autores sustentam que a ascensão do populismo autoritário não representa uma reversão da “revolução silenciosa”, mas uma reação conservadora desencadeada por seu próprio avanço. À medida que valores pós-materialistas — associados à autoexpressão, ao pluralismo e ao liberalismo cultural — se tornam socialmente dominantes, segmentos que não compartilham dessas orientações passam a se perceber como uma minoria cultural ameaçada. Esse sentimento de deslocamento normativo, e não apenas frustrações econômicas, estaria na base do apoio a líderes e movimentos populistas autoritários.

Nesse enquadramento dado pelos autores, os retrocessos democráticos observados nos últimos anos não contradizem a lógica da teoria do pós-materialismo, mas revelam tensões internas importantes. A expansão de valores liberais produz simultaneamente maior adesão normativa à democracia e maior polarização cultural, criando condições favoráveis à mobilização política de discursos antipluralistas. Assim, o conflito central nas democracias

contemporâneas deixaria de ser estruturado pelo eixo esquerda-direita e passaria a se organizar em torno das clivagens autoritário/libertário e populismo/pluralismo.

A implicação analítica desse argumento é que a consolidação de valores pós-materialistas não garante, por si só, a estabilidade das instituições democráticas. Pelo contrário, em contextos de elevada desigualdade, fragilidade institucional ou descrédito das elites políticas, a crítica às instituições — anteriormente interpretada como sinal de “cidadania crítica” — pode ser reapropriada por lideranças autoritárias, convertendo-se em um vetor da erosão democrática. A teoria do pós-materialismo, portanto, não falha ao identificar a direção da mudança cultural, mas mostra-se limitada quando confrontada com os mecanismos políticos que transformam conflitos culturais em retrocessos institucionais.

Esses argumentos mais recentes de Norris e Inglehart (2019) corroboram com a ideia de que, embora a teoria do pós-materialismo tenha sido originalmente formulada para explicar mudanças culturais em sociedades com elevado bem-estar material e estabilidade democrática (Inglehart, 1977; 1997), seu diálogo com contextos de retrocessos democrático tem gerado importantes revisões e complementações. Esse movimento é particularmente importante se considerarmos países em que conjunturas econômicas, políticas e sociais são mais instáveis e marcadas por eventos de curto prazo, como na América Latina e, mais especificamente, no Brasil. Em países marcados por desigualdades estruturais, cidadania incompleta e trajetórias democráticas recentes, a hierarquia de valores materiais e pós-materiais não se distribui de forma homogênea e tampouco segue o mesmo ritmo observado nas democracias centrais.

2.2.2 PÓS-MATERIALISMO NO BRASIL

A teoria de Inglehart foi testada no Brasil por diferentes autores. Ribeiro (2007) demonstra que os índices de materialismo/pós-materialismo apresentam consistência interna e validade empírica no país, afastando a crítica de que tais medidas seriam aleatórias ou culturalmente inadequadas fora das democracias industriais avançadas. As associações observadas entre as escolhas dos itens materialistas e pós-materialistas indicam a existência de uma dimensão latente de valores que estrutura as respostas dos entrevistados brasileiros, em consonância com os pressupostos centrais da teoria do desenvolvimento humano.

Contudo, o autor identifica uma assimetria relevante na consistência das prioridades valorativas. Enquanto as escolhas materialistas — especialmente aquelas relacionadas à manutenção da ordem e ao combate à inflação — revelam elevada coerência interna, as

combinações entre itens pós-materialistas mostram-se mais instáveis, sobretudo quando envolvem simultaneamente participação política e liberdade de expressão. Essa incongruência não é interpretada como fragilidade metodológica do índice, mas como reflexo de uma cultura política em que valores democráticos ainda não se encontram plenamente articulados. Nesse cenário, Ribeiro sugere que, no Brasil, a valorização da participação política pode não estar necessariamente associada à defesa da liberdade de expressão como princípio normativo fundamental.

Além disso, o contexto econômico exerce papel relevante na formação dessas prioridades. A elevada inflação observada no início da década de 1990 parece ter reforçado a centralidade de objetivos materialistas, inclusive entre indivíduos que expressam preocupações participativas. A redução substancial da inflação em 1997, por sua vez, coincide com uma diminuição da saliência do item “combater a alta dos preços” e com maior coerência interna entre os itens pós-materialistas, o que está em consonância com a própria teoria de Inglehart sobre os efeitos de curto prazo da escassez econômica.

Apesar dessas especificidades, os testes adicionais conduzidos por Ribeiro envolvendo correlações entre diferentes baterias do índice de pós-materialismo e análises fatoriais reforçam a conclusão de que as respostas dos brasileiros não seguem um padrão aleatório, mas se organizam em torno de uma dimensão única que opõe tendências materialistas e pós-materialistas. As cargas fatoriais elevadas e a proporção significativa da variância explicada confirmam a adequação do índice de 12 itens para o contexto nacional, legitimando seu uso em pesquisas sobre mudança de valores no Brasil.

As consequências dos valores pós-materialistas também foram objeto de estudos de Ribeiro (2008a, 2008b, 2008c). Ribeiro (2008a) demonstra, por exemplo, que existe, no Brasil, uma associação positiva entre valores pós-materialistas e adesão à democracia, tanto em sua dimensão normativa, isto é, a preferência pela democracia como forma de governo, quanto em aspectos relacionados à avaliação do funcionamento do regime democrático. Diferentemente da ideia de que tais associações seriam restritas às democracias industriais avançadas, os dados do WVS mostram que, também no contexto brasileiro, a priorização de objetivos pós-materialistas está vinculada à orientação pró-democracia.

A evidência mais robusta dessa associação aparece na rejeição a formas explicitamente autoritárias de governo. O cruzamento entre o índice de materialismo/pós-materialismo e a avaliação de um regime militar revela um relacionamento negativo forte e estatisticamente significativo, o maior encontrado no conjunto das análises. Esse resultado indica que

indivíduos pós-materialistas rejeitam com maior intensidade alternativas não democráticas, como o governo militar, quando comparados aos materialistas. Trata-se de um achado substantivamente relevante, pois aponta para a internalização de limites normativos claros ao autoritarismo entre aqueles que priorizam valores de autoexpressão.

Essa associação permanece quando se adota uma medida mais abrangente de apoio difuso à democracia, construída a partir da rejeição simultânea a diferentes alternativas não democráticas (governo de líder forte, tecnocrático e militar). Nos modelos de regressão, o índice de pós-materialismo mantém efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a adesão à democracia, mesmo após o controle por escolaridade, renda, sexo e idade.

No entanto, quando a análise se desloca da adesão normativa à democracia para as avaliações sobre seu desempenho, nuances importantes emergem. Embora pós-materialistas tendam a discordar mais da ideia de que a democracia seja incompatível com a economia ou com a manutenção da ordem social, essas associações são mais fracas do que aquelas observadas na rejeição ao autoritarismo. Além disso, não se observa diferença estatisticamente significativa entre materialistas e pós-materialistas na percepção de que “nas democracias se discute muito e se decide pouco”. Nesse ponto, ambos os grupos compartilham uma visão crítica sobre a eficiência decisória do regime democrático no país.

Em outra pesquisa, Ribeiro (2008b) testa a relação entre os valores pós-materialistas e a participação política no Brasil. Ele demonstra que indivíduos que priorizam objetivos pós-materialistas apresentam maior interesse por política, atribuem mais importância à esfera política e discutem política com maior frequência. Esses achados indicam que, mesmo em um contexto marcado por desigualdades socioeconômicas, os valores pós-materialistas estão associados a maiores níveis de ativação política. Contudo, a natureza dessa participação revela especificidades nacionais. Em contraste com as expectativas da teoria do desenvolvimento humano, os pós-materialistas brasileiros tendem a participar mais, e não menos, de partidos políticos e outras organizações institucionais tradicionais. Ao mesmo tempo, mantêm maior engajamento em formas não convencionais de participação, como manifestações e boicotes. Esse padrão sugere uma postura híbrida, que combina repertórios institucionais e contestatórios, tensionando o sistema político sem romper com os mecanismos da democracia representativa.

Ribeiro (2007) demonstra que os índices de materialismo/pós-materialismo apresentam consistência interna e validade empírica no país, afastando a crítica de que tais medidas seriam aleatórias ou culturalmente inadequadas fora das democracias industriais avançadas. As

associações entre as escolhas dos itens materialistas e pós-materialistas indicam a existência de uma dimensão latente de valores que estrutura as respostas dos entrevistados brasileiros, em consonância com os pressupostos centrais da teoria do desenvolvimento humano.

Nota-se, assim, que a literatura brasileira tem incorporado a teoria do pós-materialismo de forma crítica e contextualizada, buscando compreender seus limites explicativos em uma sociedade marcada por desigualdades estruturais e instabilidade econômica recorrente. Estudos recentes, como os de Castro et al. (2021), exploram justamente a tensão entre a suposição teórica de estabilidade dos valores morais adquiridos durante o processo de socialização e contextos históricos marcados por crises profundas, como a pandemia de Covid-19. Nesse sentido, o Brasil aparece como um caso particularmente relevante para testar a robustez empírica da teoria, uma vez que combina avanços pontuais em termos de desenvolvimento social com recorrentes choques econômicos, políticos e institucionais.

Inspirados diretamente na abordagem de Inglehart, esses autores partem da distinção entre diferentes dimensões da cultura política (valores morais e atitudes sociopolíticas) para avaliar quais delas seriam mais suscetíveis a mudanças de curto prazo. O pós-materialismo é tratado como um valor moral associado às condições de socialização na infância e juventude, o que levaria à expectativa de elevada estabilidade intrageracional. No entanto, ao analisar dados coletados antes e durante a pandemia, os autores identificam variações inesperadas na prevalência de valores pós-materialistas, inclusive em um contexto de aumento da insegurança existencial, perdas de renda, agravamento das desigualdades e forte crise sanitária.

Esse resultado dialoga com evidências anteriores na América Latina, que já indicavam que períodos de crise econômica e política foram acompanhados por alterações na distribuição dos valores materialistas e pós-materialistas. No caso brasileiro, os autores mostram que, embora os níveis de pós-materialismo tenham se mantido relativamente estáveis ao longo de várias décadas, há momentos específicos em que se observam inflexões significativas, sugerindo que os valores, ainda que mais resistentes, não são imunes a choques históricos. Isso reforça a importância de considerar os efeitos de período como flutuações conjunturais que podem tensionar, mas não necessariamente substituir, a mudança geracional.

A literatura latino-americana tem destacado que o processo de difusão dos valores pós-materialistas ocorre de maneira distinta daquela observada nas sociedades centrais onde a teoria da pós-modernização foi originalmente formulada. Bonifácio e Carvalho (2021) partem do argumento de que transformações sociais, econômicas, políticas e culturais alteraram padrões de comportamento individual, promovendo maior valorização da autonomia, da

satisfação pessoal e do individualismo. No entanto, diferentemente dos países pós-industriais europeus, onde essas mudanças se apoiaram em elevados níveis de segurança material, na América Latina esse processo se desenvolveu de forma parcial, desigual e tensionada pela persistência de valores tradicionais e por trajetórias históricas marcadas por instabilidade.

A comparação entre Argentina, Brasil, Chile e Uruguai realizada por Bonifácio e Carvalho mostra que as trajetórias políticas e econômicas compartilhadas — incluindo períodos de ditadura militar, forte presença estatal e posterior adoção de políticas neoliberais — tiveram impactos relevantes na distribuição dos valores materialistas e pós-materialistas ao longo do tempo. Em particular, o Brasil se destaca por apresentar, nas décadas de 1980 e 1990, os menores percentuais de indivíduos pós-materialistas, o que é interpretado à luz de sua recuperação econômica tardia e de elevados níveis de desigualdade social. Contudo, mesmo nos países que experimentaram crescimento econômico, os níveis de pós-materialismo permaneceram baixos quando comparados aos observados em democracias avançadas.

Um achado central do estudo é que o crescimento econômico observado a partir do final dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000 não aumenta automaticamente a proporção de indivíduos pós-materialistas. Pelo contrário, em vários casos observou-se uma redução desse contingente, acompanhada pelo crescimento do materialismo. As autoras sugerem que esse padrão está associado à natureza instável do desenvolvimento latino-americano, caracterizado por ciclos curtos de expansão interrompidos por crises econômicas e políticas. Essa instabilidade comprometeria as expectativas individuais em relação ao futuro, elemento central para a consolidação de valores de autoexpressão.

Do ponto de vista sociodemográfico, Bonifácio e Carvalho mostram que, apesar de diferenças relativamente modestas entre materialistas e pós-materialistas, o perfil destes últimos tende a se manter consistente ao longo das ondas do WVS: indivíduos mais jovens, com maior escolaridade, rendimentos mais elevados, menor vinculação religiosa e posições mais permissivas em temas morais apresentam maiores probabilidades de aderir a valores pós-materialistas. Ainda assim, esse grupo permanece minoritário na sociedade brasileira e latino-americana como um todo. Assim, as autoras concluem que a difusão do pós-materialismo na região é um processo incipiente, limitado a segmentos específicos da população e fortemente condicionado por desigualdades estruturais. Este argumento reforça a necessidade de abordagens que considerem simultaneamente contexto socioeconômico, trajetória histórica e dinâmica geracional, como a proposta desenvolvida nesta dissertação.

2.3 GERAÇÕES, PERÍODO E CICLO DE VIDA

No tópico anterior explicitamos as teorias que fundamentam a análise desta dissertação, que busca compreender os valores pós-materialistas dos brasileiros. Neste, o foco passa para a nossa principal variável independente: a “idade”. Como já adiantado na introdução, há uma grande dificuldade em separar os efeitos de geração (coorte), períodos e ciclos de vida, uma vez que eles se sobrepõem em pesquisas transversais.

A questão sobre como “desenrolar” esses efeitos é um desafio há décadas. Além disso, as variáveis não são utilizadas como uma preocupação teórica final (Smets e Neundorf, 2014). Devido ao problema de colinearidade entre os efeitos de geração, período e ciclos de vida (Grasso, 2014), será necessário separá-los para compreender adequadamente os impactos distintos que cada um pode exercer sobre os valores pós-materialistas e democráticos no Brasil. Visto que as teorias geracionais argumentam sobre a importância do contexto de socialização para compreender as diferenças de valores, capturar os recortes de maneira metodologicamente correta permite lidar com as potenciais influências confundidoras dos diferentes efeitos (Grasso et al., 2019). Trata-se de uma necessidade metodológica importante pois tal distinção pode carregar implicações substanciais para o desenvolvimento da futura opinião pública do país. Se observarmos efeitos de idade ao invés de efeitos de coorte, não é possível prever que uma substituição geracional seja acompanhada de consequências para a opinião pública. Caso contrário, gerações jovens mais pós-materialistas podem significar uma transformação importante tanto em valores relacionados a aspectos como tolerância (Inglehart, 2015), quanto aqueles ligados à manutenção do regime democrático (Jocker et al., 2024).

Esse tipo de abordagem é pouco utilizada no Brasil. Uma exceção é a pesquisa de Okado (2013) que analisou o fenômeno do ativismo juvenil. Buscando um entendimento mais robusto, o autor foi capaz de considerar as três ordens já mencionadas: as transições inerentes ao ciclo de vida, variações intergeracionais e efeitos de período. Também enfatizou que “estudos convencionais têm desconsiderado este tipo de abordagem ao elencar apenas um destes fatores como determinante de uma causa ou efeito” (Okado, 2013, p. 56). Okado inicia com dois modelos para explicar o fenômeno da participação. Em um primeiro momento, utiliza a análise APC para separar os três efeitos já mencionados. Assim, foi possível verificar sua incidência de maneira isolada sobre o fenômeno da participação. Em um segundo modelo, buscou isolar os efeitos do ciclo de vida, para compreender apenas os impactos da condição de juventude sobre o ativismo no Brasil. Os resultados alcançados apontaram para

maior influência dos efeitos do ciclo de vida sobre a participação juvenil no Brasil. Aqui é importante ressaltar que, apesar de também utilizar a abordagem APC, Okado apresenta como variável dependente a participação, e não valores pós-materialistas. Dessa forma, buscamos trabalhar um fenômeno ainda pouco explorado no caso brasileiro.

No entanto, antes de especificar as questões puramente metodológicas sobre como separar esses efeitos, é necessário defini-los conceitualmente. Nas seções seguintes discutiremos as diferentes abordagens para gerações, períodos e ciclos de vida.

2.3.1 GERAÇÕES E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA

Durante a década de 1950 emergiu uma extensa literatura sobre socialização política. A partir dessas discussões, estudiosos passaram a se perguntar sobre como se davam as diferenças através das gerações. Nesse sentido, o trabalho de Mannheim (1982) é de extrema importância. Para ele, diferentes gerações são formadas a partir de suas experiências diversas de socialização em determinados contextos políticos e históricos (Grasso et al., 2019). Uma geração real seria, então, formada por jovens que experimentaram as mesmas situações históricas em uma sociedade. A teoria de Mannheim diferencia as gerações a partir da ascendência de determinados repertórios de ação política no contexto de sua socialização.

Tal vínculo geracional se forma como fruto das experiências compartilhadas na contemporaneidade entre os indivíduos vivendo durante seus anos de maior disposição à receptividade (Weller, 2010). Para Mannheim, as atitudes e comportamentos políticos individuais seriam fruto das experiências históricas vividas, principalmente, durante a juventude, período que o autor denominou de “anos impressionáveis”. Embora não haja um consenso sobre a duração exata desse período, a maioria dos pesquisadores geralmente o situa entre os 16 e 25 anos (Jennings e Niemi, 1981; Laaker, 2024; Janmaat e Hoskins, 2022). Esses são os anos “formativos”, nos quais estamos desenvolvendo nossas crenças, valores e atitudes políticas e, conseqüentemente, somos mais suscetíveis à influência de eventos sociais e políticos (Smets e Neundorf, 2014). Ao término desse período, esses valores se solidificam e se tornam mais resistentes à mudança, deixando uma marca duradoura em toda a “geração” afetada por ele. “Na juventude, onde a vida é nova, as forças formativas estão surgindo, e atitudes básicas no processo de desenvolvimento podem tirar proveito do poder modelador de novas situações” (Mannheim, 1982, p.78). Isto porque as impressões durante os anos

formativos tendem a se tornar uma visão natural do mundo. Assim, as experiências vividas depois desse período recebem seu significado a partir dessa configuração original.

Mannheim (1982), ao expor o problema das gerações, contrariou a tentativa positivista de esboçar uma lei geral a partir de uma visão estritamente biológica sobre as etapas da vida individual. Ao contrário dos defensores dessa corrente, o autor percebeu que as gerações só fazem sentido e só se formam a partir de suas relações com o meio social e com o contexto histórico onde estão inseridas. Para ele, não se trata de um tempo interior que possa ser mensurado, mas de uma experiência baseada puramente em termos qualitativos. Afirma que perspectivas biologizantes não oferecem explicações para além do envelhecimento natural, deixando de lado as relações sociais em seu fluxo histórico.

Além de Mannheim, outros autores se debruçaram sobre o problema das gerações. Almond e Verba também defendem que as experiências na juventude importam significativamente para a formação de suas orientações subjetivas. Esse processo de socialização política pode ser definido como o “conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo, tem influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não no sistema político e as crenças que ele desenvolve em relação à política e às instituições” (Almond et al., 1993). A ideia geral é que as principais orientações individuais são formadas durante, aproximadamente, as duas primeiras décadas de vida – momento em que somos mais abertos e receptivos a novas experiências.

As pesquisas empíricas na área da socialização política reforçaram as conclusões mais gerais de Mannheim, embora tenham salientado que os valores políticos são mais flexíveis do que se supunha no decorrer da vida. A primeira geração desses pesquisadores atribui grande ênfase ao aprendizado durante a infância (Easton e Dennis, 1972; Greenberg, 2017; Igel, 1970). Entretanto, novos estudos constataram que o processo de socialização não é restrito aos primeiros anos de vida: as experiências adquiridas posteriormente também são importantes (Niemi, 1974; Sears e Valentino, 1997). Trata-se de um processo contínuo que, apesar de ser mais forte durante a juventude, não impede que as atitudes e os comportamentos sejam alterados ou reforçados com o tempo (Jennings et al., 2009; Sears e Funk, 1999).

2.3.2 PERÍODOS E MODELOS DE APRENDIZADO POLÍTICO

As considerações mais sociológicas discutidas acima também foram alvo de intenso debate na Ciência Política. O que estava em disputa eram os modelos explicativos sobre como

os cidadãos “aprendem” os valores, regras e normas de uma sociedade, e até que ponto esse aprendizado seria maleável no decorrer da vida. Mishler e Rose (2007) fazem uma boa síntese desse debate ao distinguirem as abordagens “culturalistas” e “institucionais”. As primeiras enfatizam a importância da socialização na juventude (Searing et al., 1976). Nesse sentido, as atitudes e comportamentos de cada geração se formam a partir da socialização em contextos sociais e econômicos diferentes (Abramson e Inglehart 1992; Almond e Verba, 1989). As teorias institucionais, por sua vez, não negam a importância da socialização, mas chamam atenção para o fato de que atitudes e comportamentos são maleáveis e adaptáveis (Demartini, 1985). Aqui, é possível que haja uma mudança baseada nas circunstâncias e instituições atuais (Mishler e Rose, 2007).

Ao examinarem as abordagens culturais e institucionais, Mishler e Rose (2007) desenvolveram uma teoria conciliadora, considerando-as mais como complementares do que antagônicas. Nesse sentido, elas são interpretadas como aspectos distintos da aprendizagem contínua. Essa teoria defende que o que foi aprendido na infância e juventude é constantemente reforçado, revisado ou substituído pelas experiências ao longo da vida. Em um estudo sobre aprendizado político na Rússia, os autores encontraram apoio tanto para a teoria cultural quanto para a institucional; logo, para a teoria de aprendizagem contínua. Eles constataram que, mesmo duas décadas após o colapso do regime soviético, ainda persistiam diferenças de valores significativas entre as gerações mais jovens e mais velhas em relação ao livre mercado e aos valores democráticos, com os jovens demonstrando maior adesão a esses princípios. No entanto, observaram também que, em termos absolutos, tanto os jovens quanto os mais velhos assimilaram e internalizaram os valores da nova economia e do novo sistema político e que, ao longo do tempo, o *gap* entre eles diminuiu. Os autores afirmam que “independentemente de como são socializados, os indivíduos possuem grande capacidade de aprender, a partir da experiência, lições necessárias para lidar com um mundo político em transformação” (Mishler e Rose, 2007, p. 832, tradução da autora).

Tormos (2012) também chama atenção para a grande ênfase dada pelos estudos de valores ao modelo de aprendizado político dos anos impressionáveis. O modelo, que prevê maior maleabilidade e receptividade durante a juventude e a posterior cristalização das orientações individuais, implica em estabilidade e na emergência de gerações. No entanto, o autor afirma que evidências apontam para a capacidade de aprendizado durante toda a vida. “Na juventude há mais espaço para a mudança do que posteriormente, mas a capacidade de mudar não desaparece” (Tormos, 2012, p. 202, tradução da autora). Almond et al. (1993)

compartilham da mesma visão, argumentando que as atitudes desenvolvidas durante a infância são adaptadas ou reforçadas conforme o indivíduo envelhece e passa por diversas experiências sociais. A socialização política é um processo contínuo ao longo de toda a vida.

Dialogando com Mishler e Rose (2007), Tormos (2012) reconhece a possibilidade de mudança intra-coorte, ou seja, dentro de uma mesma geração. Isso significa que as pessoas não estão imunes às transformações contextuais, mesmo após a juventude. Nesse sentido, ele também propõe uma síntese entre as abordagens, sugerindo que ambas são compatíveis com um modelo de aprendizagem contínua. Tal modelo admite a existência de efeitos geracionais — derivados da socialização precoce —, mas também reconhece que esses efeitos não são imutáveis: ainda que a propensão à mudança diminua com a idade, os indivíduos permanecem abertos à reinterpretação de crenças e atitudes ao longo de todo o ciclo de vida.

Essa teoria tem implicações importantes quando aplicada ao caso brasileiro. Em um país cuja história recente é marcada por períodos autoritários, transições democráticas, estabilidade institucional e recentes sinais de retrocesso democrático, uma questão empírica se impõe: os cidadãos brasileiros teriam sido formados em coortes distintas, cujos valores e crenças refletem os diferentes regimes sob os quais cresceram? Ou, ao contrário, a capacidade de aprendizado contínuo teria mitigado essas diferenças, aproximando gerações distintas em termos de atitudes políticas? Em outras palavras, jovens e idosos no Brasil compartilham visões políticas semelhantes porque ambos respondem a um mesmo contexto contemporâneo (econômico e político), ou seriam, de fato, produtos de socializações históricas distintas?

Tais questões exemplificam a importância da dimensão do período na abordagem APC aplicada aos valores pós-materialistas. Isso porque, para esta, os contextos históricos compartilhados por todas as pessoas simultaneamente também exercem influência na maneira como estas desenvolvem sua cultura política. Assim, mesmo que haja diferenças significativas entre as crenças e valores de gerações socializadas em contextos com níveis discrepantes de segurança física e material, um acontecimento como uma crise econômica pode aproximá-las, tornando-as mais materialistas e defensoras de valores mais conservadores.

2.3.3 CICLOS DE VIDA E ATITUDES POLÍTICAS

Smets (2016) explica que a passagem de um jovem para a vida adulta também é definida em termos de características sociais. De acordo com o argumento relacionado aos

ciclos de vida, o autor aponta que pessoas mais jovens tendem a participar menos na vida política devido ao momento conturbado e de grande pressão durante a juventude. Se preocupar com a própria educação, encontrar um bom trabalho e lidar com as transformações para a vida adulta faz com que os mais jovens sejam mais politicamente inexperientes, tenham menor interesse na política e menores níveis de conhecimento político.

Eventos relacionados ao ciclo de vida impactam a maneira como as pessoas enxergam e lidam com a dinâmica política e social em suas sociedades. Sair de casa, casar, ter filhos, conseguir um trabalho e comprar uma casa são momentos importantes que marcam a vida de um indivíduo de maneiras distintas. Em cada acontecimento que faz parte do processo de amadurecimento, as pessoas possuem a sua disposição um conjunto específico de recursos que permitem (ou não) sua participação e interesse pela vida política que as cerca.

Ainda em relação à participação, Smets argumenta que a transição para a vida adulta aumenta a familiaridade e a atenção em relação à política. Completar a escolaridade e deixar a casa dos pais são uns dos primeiros passos nessa direção. A estabilidade de se acomodar em uma nova residência, conhecer novos vizinhos e criar filhos faz com que os laços com a comunidade se desenvolvam e fortaleçam. Entrar no mercado de trabalho também é importante, visto que se trata de um ambiente de socialização política em diversos aspectos. Algumas ocupações permitem que os indivíduos tenham maior contato com questões sócio-políticas. Cada ocupação também traz consigo diferentes status, que permitem maior ou menor acesso a recursos, habilidades e conhecimentos.

Já na velhice, Smets argumenta que questões como problemas de saúde, a perda de um possível parceiro politicamente ativo, aposentadoria e, em determinados casos, a diminuição da renda familiar fazem com que esses indivíduos possuam menos recursos como tempo, disposição e dinheiro para participar e lidar com questões sócio-políticas.

O autor também chama atenção para o fato de que a realidade dos jovens adultos de hoje não é a mesma dos jovens adultos de outras épocas. A mudança em níveis educacionais, na condição ocupacional, novas formas de constituição de família e laços românticos, desenvolvimento tecnológico e a modernização em geral são elementos que transformaram a maneira como jovens enxergam e lidam com a política. Tais elementos não são importantes apenas para o conceito geracional, ao formar diferentes gerações, mas também por impactar de maneira direta a forma como os ciclos de vida acontecem em determinada sociedade. Um exemplo é o fato de que hoje em dia os mais jovens demoram mais tempo para sair da casa

dos pais, passam mais tempo investindo em educação e na carreira, dependendo financeiramente de suas famílias e demorando mais para se casar e ter filhos.

Dessa forma, não há uma definição específica sobre o início ou término da juventude, o que faz com que sua conceituação seja um desafio (Okado, 2013). Como já mencionado aqui, a ampliação do acesso à educação e os maiores níveis de segurança material fazem com que jovens, principalmente de classe média, passem mais tempo dependentes de seus pais, investindo mais anos de vida em sua formação. No entanto, o contexto brasileiro ainda é deficitário nesse sentido. Isto porque a democratização de oportunidades e o amplo acesso ao ensino superior ainda não são suficientes para que todos alcancem altos níveis de escolaridade. Além disso, as crises econômicas também trazem impactos significativos para a juventude.

Nesse sentido, Okado (2013) recupera uma importante distinção entre os conceitos de condição e situação juvenil. O primeiro se refere a maneira como determinada sociedade constitui e atribui significado a essa etapa da vida. O segundo está relacionado às diferentes maneiras de se viver a condição juvenil, considerando disparidades sociais características de determinada sociedade. Isto porque os marcadores de raça, gênero e classe exercem grande peso sobre a forma como a juventude é vivida e experimentada.

Dada a complexidade da realidade social brasileira, Okado delimita a juventude como sendo, essencialmente, a negação da condição adulta. Metodologicamente, o autor assume a dificuldade em considerar a pluralidade das condições em que estão inseridas as juventudes brasileiras. Assim, seu recorte parte da premissa de que essa fase da vida termina com a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e com a constituição de um núcleo familiar próprio. A partir da análise de dados do Latinobarômetro, ele delimita a juventude brasileira entre 15 e 24 anos. Neste trabalho, partiremos de uma premissa semelhante.

O argumento do ciclo de vida é uma das três explicações clássicas para mudanças nas atitudes políticas ao longo do tempo, ao lado dos já mencionados efeitos de período e de geração. Enquanto o efeito de geração se refere às marcas duradouras deixadas por experiências históricas comuns vividas durante os anos de socialização e o efeito de período diz respeito a eventos conjunturais que impactam todas as faixas etárias simultaneamente, o efeito de ciclo de vida enfatiza transformações previsíveis associadas ao envelhecimento. Assim, mudanças em valores ou comportamento político não decorreriam necessariamente de um contexto histórico, mas de transições individuais ao longo da vida. Essa distinção é central para compreender por que diferenças entre jovens e idosos podem refletir etapas do ciclo natural de envelhecimento e não o surgimento de uma nova geração política.

Em síntese, o argumento de ciclo de vida ajuda a compreender por que diferenças etárias nas atitudes e valores políticos nem sempre indicam rupturas geracionais. No entanto, a distinção entre efeitos de idade, período e geração é analiticamente complexa, e apenas estudos longitudinais ou comparativos permitem identificar em que medida as variações observadas decorrem do envelhecimento individual ou de transformações históricas mais amplas. Assim, a análise que propomos nesta dissertação busca incorporar essa dimensão ao exame das mudanças valorativas, considerando que a adesão a valores pós-materialistas pode variar não apenas entre gerações, mas também entre fases da vida.

3. DADOS E MÉTODOS

3.1 BANCO DE DADOS

Em geral, as pesquisas sobre valores e atitudes políticas no Brasil utilizam a variável “idade” como simples variável de controle nos modelos econométricos. Nesse sentido, há pouca reflexão teórica ou mobilização empírica voltada a compreender como e por quais mecanismos a idade afeta a forma como os brasileiros se posicionam politicamente (Okado, 2013). A proposta desta pesquisa é conferir centralidade a essa variável, investigando os mecanismos pelos quais a idade influencia valores e atitudes políticas.

Separar estatisticamente os efeitos geracionais, de período e de ciclo de vida constitui um dos desafios metodológicos clássicos da análise de dados sociais, uma vez que esses três efeitos são linearmente dependentes e, portanto, estruturalmente relacionados (problema conhecido na literatura como o problema de identificação APC) (Bell, 2020). Em *surveys* transversais é impossível distinguir se o efeito da idade sobre determinada atitude decorre do pertencimento a uma geração específica, socializada sob determinadas condições históricas, ou do próprio envelhecimento biológico e social do indivíduo (Yang e Land, 2013).

O uso de dados longitudinais ou de *surveys* repetidos ao longo do tempo não elimina esse problema, mas amplia significativamente a capacidade analítica, ao permitir o acompanhamento das mudanças individuais e geracionais ao longo do tempo e a adoção de estratégias de modelagem mais sofisticadas. De forma ilustrativa, indivíduos socializados politicamente durante o processo de redemocratização brasileira, na década de 1980, podem ser observados em diferentes momentos do ciclo de vida: como adultos jovens em levantamentos realizados nos anos 1990, como adultos maduros em *surveys* aplicados nos anos 2000, e como indivíduos mais velhos em pesquisas recentes, possibilitando análises comparativas ao longo do tempo e testando diferentes condições relacionadas à idade.

O arcabouço analítico conhecido como APC busca justamente distinguir três mecanismos distintos associados à variável idade: os efeitos de idade ou ciclo de vida, relacionados a mudanças associadas ao envelhecimento biológico e social; os efeitos de período, vinculados a eventos históricos ou conjunturais que afetam indivíduos de diferentes idades simultaneamente; e os efeitos de coorte, associados às experiências formativas vivenciadas durante os chamados “anos impressionáveis”, geralmente situados entre a

adolescência e o início da vida adulta (Bell, 2020; Jocker et al., 2024). Esses efeitos não são mutuamente excludentes e podem operar de forma simultânea, exigindo cautela teórica e metodológica em sua identificação empírica.

Para aplicar a metodologia APC e seus efeitos sobre os valores pós-materialistas utilizaremos os dados do WVS, criado por Inglehart e que monitora e analisa dados referentes a mais de 120 sociedades ao redor do globo com amostras representativas da população. O banco reúne informações importantes sobre a opinião pública acerca de aspectos sociais, culturais, econômicos e religiosos ao longo de vários anos. Até o momento desta pesquisa, o projeto organizou a coleta de dados em sete ondas sucessivas, cada uma delas realizada em diferentes países ao longo de períodos específicos. A primeira onda ocorreu entre 1981 e 1984, seguida pela segunda onda entre 1990 e 1994, a terceira entre 1995 e 1998, a quarta entre 1999 e 2004, a quinta entre 2005 e 2009, a sexta entre 2010 e 2014 e, por fim, a sétima onda, mais recente, foi realizada entre 2017 e 2022. Com exceção da primeira (1981-1984) e da quarta (1999-2004), o Brasil esteve presente nas demais rodadas.

O WVS adota procedimentos metodológicos padronizados e rigorosos para garantir a comparabilidade dos dados entre países e ao longo do tempo. Em cada onda, é obrigatória a aplicação integral de um questionário comum, cuja estrutura e conteúdo devem ser seguidos fielmente por todas as equipes nacionais. Alterações só são permitidas mediante aprovação prévia do Comitê Executivo do projeto, sendo tolerada apenas a omissão de um número limitado de perguntas. O questionário é disponibilizado em alguns idiomas-base e traduzido pelas equipes nacionais para todas as línguas faladas por pelo menos 15% da população do país, assegurando a adequada cobertura linguística. Essas diretrizes visam reduzir vieses de mensuração e assegurar que as respostas reflitam diferenças substantivas de valores e atitudes, e não variações decorrentes do instrumento de pesquisa.

No que se refere à amostragem e ao trabalho de campo, o WVS exige a utilização de amostras nacionais representativas da população adulta residente em domicílios privados, abrangendo todos os indivíduos com 18 anos ou mais, independentemente de nacionalidade, cidadania ou idioma. O tamanho mínimo da amostra em cada país é, em geral, de 1.200 entrevistas completas. O desenho amostral pode combinar métodos probabilísticos e estratificados, desde que maximize o número de unidades primárias de amostragem e limite o número de entrevistados por unidade. A coleta de dados é realizada predominantemente por meio de entrevistas presenciais nos domicílios dos respondentes, conduzidas por organizações profissionais, utilizando questionários em papel ou entrevistas assistidas por computador. Cada

país conta com um pesquisador responsável, vinculado a uma instituição acadêmica, que supervisiona o trabalho de campo e assegura o cumprimento das normas do projeto. Durante e após a coleta, são realizados controles rigorosos de consistência, limpeza dos dados e documentação metodológica, sendo que nenhum país é incluído em uma onda do *survey* sem a entrega completa dessas informações. Todo o material disponibilizado ao público passa por procedimentos de anonimização, garantindo a confidencialidade dos respondentes.

A utilização do WVS possibilita uma análise em série temporal com base em amostras transversais repetidas, permitindo comparações entre diferentes coortes de nascimento e períodos históricos. Embora o WVS não acompanhe os mesmos indivíduos ao longo do tempo, como em estudos longitudinais clássicos, sua estrutura permite observar, em diferentes ondas, como grupos etários socializados em contextos históricos distintos expressam suas atitudes e valores. Dessa forma, é viável investigar efeitos de coorte e de período, desde que sejam adotadas estratégias metodológicas adequadas para minimizar os desafios de identificação inerentes aos modelos APC (Bell, 2020).

Em termos práticos, a primeira etapa da pesquisa consistiu na construção de um banco de dados integrado, com estrutura apropriada para análises do tipo APC. Para isso, foram identificadas as variáveis de interesse que se repetiam ao longo das diferentes ondas dos surveys e que apresentavam enunciados e escalas equivalentes, assegurando sua comparabilidade temporal. Em seguida, os dados foram organizados em formato empilhado (*stacked*), no qual cada onda foi incorporada a um único banco de dados, contendo uma variável adicional de identificação do ano de aplicação do *survey*. Essa organização permitiu associar a cada respondente sua idade no momento da entrevista, seu ano de nascimento (utilizado como *proxy* de coorte) e o período específico de coleta dos dados.

A partir dessa estrutura, obteve-se um banco de dados composto por aplicações sucessivas do mesmo conjunto de perguntas em diferentes pontos no tempo, o que possibilitou analisar como indivíduos pertencentes a distintas gerações, em diferentes estágios do ciclo de vida e sob variados contextos históricos, se posicionaram em relação a temas centrais da política, democracia e sociedade. Essa estratégia analítica permitiu explorar tanto padrões de estabilidade quanto de mudança nas atitudes políticas ao longo do tempo, fornecendo evidências empíricas para discutir em que medida tais comportamentos são explicados por efeitos geracionais, de ciclo de vida ou de período.

3.2 VARIÁVEL DEPENDENTE

A variável de pós-materialismo é operacionalizada a partir de suas questões específicas presentes no WVS. No Quadro 1, abaixo, é possível observar a distribuição dos itens de acordo com a classificação proposta por Inglehart.

Quadro 1 - Distribuição dos itens do Índice de Pós-materialismo de acordo com a classificação proposta por Inglehart

Materialismo	Pós-Materialismo
1. Alto nível de crescimento econômico	2. Aumentar a participação das pessoas nas decisões que são tomadas em seus trabalhos e em suas comunidades
3. Garantir um forte sistema de defesa militar para o país	4. Tentar fazer com que as nossas cidades e o interior do país fiquem mais bonitos
5. Manter a ordem no País	6. Aumentar a participação do povo nas decisões importantes do Governo
7. Combater o aumento dos preços	8. Proteger a liberdade de expressão
9. Uma economia estável	10. Progresso em direção a uma sociedade mais humana e menos impessoal
11. Combate à criminalidade	12. Progresso em direção a uma sociedade na qual as ideias têm mais valor que o dinheiro

Fonte: elaboração própria a partir de Inglehart (1997)

Como demonstram Ribeiro (2007) e Bonifácio e Carvalho (2021), o índice clássico de pós-materialismo proposto por Inglehart se baseava na escolha de duas prioridades entre quatro alternativas apresentadas aos entrevistados (itens 5 a 8 do Quadro 1). A partir dessas combinações, os indivíduos eram classificados entre três categorias distintas: aqueles que selecionavam exclusivamente prioridades associadas à segurança econômica e à ordem social eram enquadrados como materialistas, independentemente da ordem das respostas; em contraste, os entrevistados que escolhiam apenas opções relacionadas à autoexpressão, participação e qualidade de vida eram classificados como pós-materialistas. Há ainda uma categoria intermediária, composta por indivíduos que combinam uma escolha materialista e uma pós-materialista, denominada “mista”, refletindo a coexistência de orientações valorativas distintas. O resultado é uma escala de 0 (mais materialista) a 5 (mais pós-materialista).

Apesar de sua ampla difusão e utilidade comparativa, o índice de quatro itens foi concebido como uma medida sintética e aproximada das orientações valorativas dos indivíduos. Reconhecendo suas limitações, como a baixa sensibilidade às nuances e a dependência de poucas perguntas, Inglehart posteriormente propôs uma versão ampliada do instrumento, composta pelos doze itens descritos no Quadro 1. Esse índice alternativo busca capturar de forma mais refinada a estrutura dos valores materialistas e pós-materialistas, oferecendo maior capacidade analítica para identificar variações internas e mudanças ao longo do tempo (Peterson e Tollefson, 2024). Ainda assim, ambas as versões compartilham o mesmo pressuposto central da teoria: a ideia de que valores fundamentais são moldados durante o processo de socialização e tendem a apresentar elevada estabilidade ao longo do ciclo de vida, sendo alterados principalmente por meio da substituição geracional.

3.3 VARIÁVEIS INDEPENDENTES - APC

Existem diferentes abordagens estatísticas para modelar os efeitos de idade (*age*), período (*period*) e coorte (*cohort*) em estudos de mudança social e política. O principal desafio metodológico dessa modelagem está na colinearidade perfeita entre as três dimensões, o que impede sua identificação simultânea por meio de modelos tradicionais sem a imposição de restrições ou suposições adicionais. Diante disso, a literatura propõe estratégias distintas para estimar esses efeitos, cada uma com diferentes vantagens, limitações e pressupostos.

Formalmente, o modelo APC clássico é especificado como uma regressão aditiva linear, na qual a variável dependente é modelada como função simultânea de idade, período e coorte. Essa especificação pode ser representada de forma simplificada como:

$$Y_i = \alpha + \beta_A A_i + \beta_P P_i + \beta_C C_i + \epsilon_i$$

Em que “ Y_i ” representa o valor da variável dependente (valores pós-materialistas) para o indivíduo “ i ”; “ A_i ” corresponde à idade; “ P_i ” ao período em que o *survey* foi aplicado (ondas); “ C_i ” à coorte de nascimento, e ϵ_i é o termo de erro da equação.

Existem diferentes estratégias metodológicas desenvolvidas para lidar com o problema de identificação do modelo APC clássico. Essas abordagens não “resolvem” o problema no sentido estrito, mas introduzem restrições substantivas ou estruturais explícitas, permitindo

inferências mais estáveis e teoricamente informadas sobre os efeitos de idade, período e coorte. Entre essas estratégias, uma das mais utilizadas nas Ciências Sociais contemporâneas é a modelagem APC por meio de modelos hierárquicos ou multiníveis, conhecida como *Hierarchical Age–Period–Cohort Models* (HAPC).

Nos modelos HAPC, a lógica central consiste em explorar a estrutura aninhada dos dados para separar diferentes fontes de variação temporal. Em sua especificação mais comum, a idade é tratada como um efeito fixo de nível individual (nível 1), enquanto período e coorte são modelados como efeitos aleatórios em nível superior (nível 2). Essa escolha se justifica teoricamente pelo fato de que a idade varia continuamente entre indivíduos, representando processos associados ao ciclo de vida, ao passo que períodos e coortes são contextos históricos que afetam grupos de indivíduos simultaneamente.

É importante ressaltar que a decisão de tratar idade como efeito fixo e período e coorte como efeitos aleatórios não é meramente técnica, mas substantiva. Ela pressupõe que o interesse analítico principal recai sobre os efeitos sistemáticos do envelhecimento, enquanto períodos e coortes são entendidos como contextos que introduzem heterogeneidade não observada entre indivíduos. Alternativamente, a literatura também registra especificações nas quais apenas a coorte é tratada como nível superior, ou em que período e coorte ocupam níveis distintos, a depender do desenho dos dados e da pergunta de pesquisa.

3.3.1 CICLOS DE VIDA

Além das estratégias estatísticas desenvolvidas para lidar com o problema de identificação do modelo APC clássico, a literatura também avançou por meio de variações conceituais e operacionais que buscam aprimorar a mensuração dos componentes de idade e coorte. Essas abordagens partem do pressuposto de que parte das dificuldades empíricas do APC decorre não apenas de limitações algébricas, mas também de especificações excessivamente simplificadas de processos sociais complexos.

Uma primeira linha de aperfeiçoamento consiste em substituir a idade medida em anos por indicadores sociologicamente mais informativos de ciclo de vida (Okado, 2013). Em vez de tratar a idade como uma variável contínua linear, esses modelos operam com estágios do ciclo vital que capturam transições sociais relevantes, como entrada no mercado de trabalho, formação de família, consolidação profissional ou aposentadoria.

A idade puramente biológica não é suficiente para captar o significado social da juventude e da transição para a vida adulta. Em sociedades desiguais, “ter 20 anos” assume sentidos distintos: para jovens de classes mais baixas, pode significar já estar plenamente inserido no mundo adulto e produtivo; para jovens de classes médias e altas, pode significar um período prolongado de dependência familiar e investimento em capital educacional. Essas diferenças produzem trajetórias de socialização política e cívica desiguais, o que tem impacto direto na formação de valores.

Assim, neste trabalho, o ciclo de vida será operacionalizado de duas maneiras complementares. O modelo principal utilizará a idade biológica em anos como indicador contínuo, em linha com a literatura clássica sobre efeitos de ciclo. O modelo alternativo, por sua vez, incorporará um marcador social da condição juvenil, construído a partir de variáveis de estado civil e inserção ocupacional, como indicador alternativo do ciclo de vida (Okado, 2013). Essa estratégia permite contrastar os dois efeitos e avaliar se a trajetória de socialização mais associada à classe explica melhor as variações nos valores pós-materialistas e nas atitudes de legitimidade democrática do que o mero avanço etário.

Seguindo Okado (2013), este trabalho adota a distinção analítica entre condição e situação juvenil, conforme formulada por Abramo (2005). A noção de condição juvenil refere-se ao modo como uma sociedade, em determinado contexto histórico, constitui e atribui significado à juventude como etapa do ciclo de vida, ultrapassando uma definição estritamente etária. Trata-se, portanto, de um conceito que reconhece a juventude como uma fase socialmente válida, marcada pela restrição (total ou parcial) de acesso às dimensões centrais da vida adulta, como a produção e reprodução. Já a ideia de situação juvenil diz respeito às diferentes formas pelas quais essa condição é vivenciada pelos indivíduos, dadas as desigualdades de classe, gênero, raça e território que estruturam a sociedade.

Essa distinção é particularmente relevante para a análise do caso brasileiro. Em contextos marcados por profundas e persistentes desigualdades sociais, como o Brasil, a idade puramente biológica mostra-se um indicador insuficiente para apreender adequadamente tanto a condição quanto a situação juvenil. Diferentemente de sociedades mais homogêneas em termos de oportunidades materiais, no Brasil a transição para a vida adulta ocorre de forma altamente desigual e frequentemente precoce para parcelas significativas da população. A entrada antecipada no mercado de trabalho, a constituição precoce de família e a interrupção dos percursos educacionais fazem com que indivíduos biologicamente jovens estejam

socialmente inseridos em posições adultas, enquanto outros, mesmo em idades mais avançadas, permanecem excluídos das dimensões centrais da vida adulta.

Empiricamente, a variável de estado civil foi aqui recodificada de modo a atribuir valor 1 aos respondentes que se declararam como solteiros e valor 0 às demais categorias (casados, morando junto como casados, separados, divorciados e viúvos). Já a variável de ocupação foi atribuído valor 1 para indivíduos que declararam trabalhar em tempo integral ou parcial, autônomos, aposentados ou pensionistas, donas de casa e desempregados que não pertencessem à faixa etária de 17 à 25 anos; aos indivíduos que se declararam como estudantes ou desempregados entre 17 e 25 anos, foi atribuído valor 0. Essa recodificação da variável ocupacional buscou somar ao grupo de estudantes aqueles que estão desempregados mas que, provavelmente, ainda não tiveram seu primeiro emprego, excluindo da análise aqueles que estão desempregados mas que possivelmente já ingressaram no mercado de trabalho em algum momento da vida. Tanto a variável de estado civil quanto a de ocupação permitem, assim, a construção de um indicador sintético de condição juvenil que dialoga com a literatura sobre socialização política e ciclo de vida em contextos de elevada desigualdade. Este indicador foi construído da seguinte maneira: aos jovens (estado civil=1 e ocupação=0), atribuiu-se valor 0; aos indivíduos em transição (estado civil=1 e ocupação=1 ou estado civil=0 e ocupação=0), atribuiu-se valor 1; e aos adultos (estado civil=0 e ocupação=1), atribuiu-se valor 2.

As tabelas a seguir apresentam a distribuição percentual das categorias de ciclo de vida no Brasil, considerando o conjunto das ondas do WVS. Adicionalmente, apresentamos uma tabela com a distribuição por faixas etárias, construída independentemente das categorias de ciclo de vida, de modo a permitir a comparação entre ambas as operacionalizações da variável idade. Quando se observa a distribuição dos respondentes por faixas etárias na Tabela 1, identifica-se uma frequência de 1.220 indivíduos entre 17 e 25 anos, grupo que, em uma definição estritamente biológica, seria classificado como jovem. No entanto, ao adotar o recorte baseado na condição juvenil, que considera simultaneamente a inserção produtiva e a constituição de família, o número de indivíduos classificados como jovens é significativamente reduzido, totalizando apenas 471 casos, como mostra a Tabela 2. Essa diferença expressiva evidencia que uma parcela substancial dos indivíduos biologicamente jovens já se encontra socialmente inserida em posições típicas da vida adulta ou em situações de transição, não vivenciando plenamente a condição juvenil tal como definida neste estudo. Esse achado reforça a pertinência analítica da adoção de um indicador social de juventude, mais sensível às desigualdades estruturais do contexto brasileiro, e justifica a opção por trabalhar, ao longo da

análise, com a condição juvenil em complemento (e não em substituição) às variáveis etárias tradicionais.

Tabela 1 - Faixas Etárias

Faixa etária	Frequência	Porcentagem
17-25	1.220	20,72
26-34	1.191	20,22
35-43	1.055	17,91
44-52	918	15,59
53-61	714	12,12
62-93	791	13,43
Total	5.889	100,00

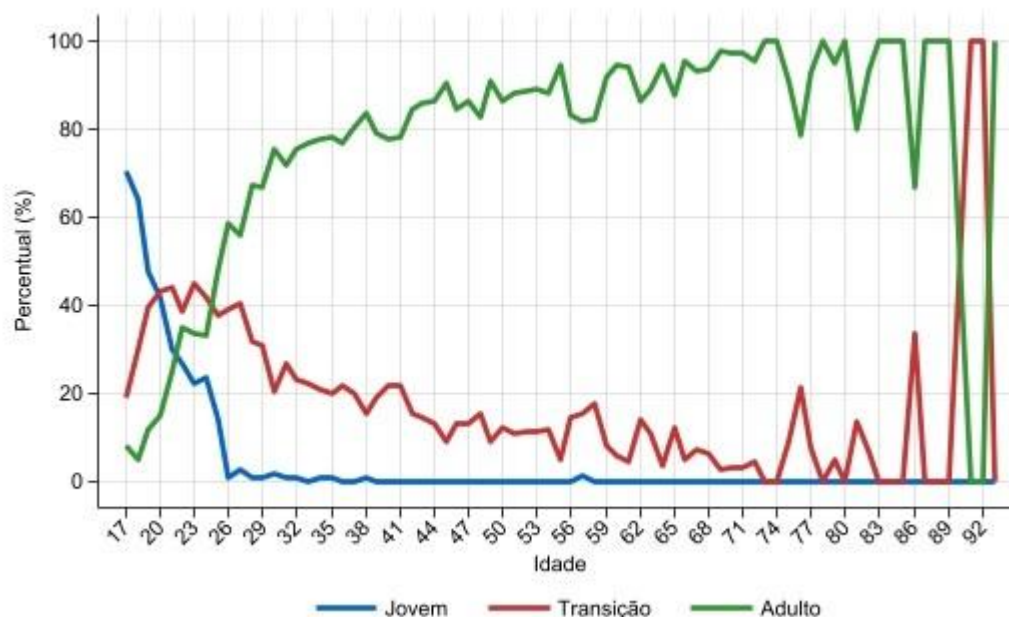
Fonte: World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Tabela 2 - Condição Juvenil

Condição juvenil	Frequência	Porcentagem
Jovem	471	8,06
Transição	1.266	21,67
Adulto	4.106	70,27
Total	5.843	100,00

Fonte: World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Gráfico 2 - Condição Juvenil x Idade



Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

De maneira similar ao que foi encontrado por Okado (2013), no Gráfico 2 é possível notar que a linha verde, que representa os indivíduos que exercem atividade produtiva e construíram família, ou seja, os adultos, se torna superior às demais aos 25 anos. A partir desses dados, nossa definição de juventude corresponde à coorte que se encontra entre 17 (idade dos indivíduos mais jovens a responderem o questionário) e 25 anos, seguindo a tradição dos “anos impressionáveis”.

3.3.2 COORTES (GERAÇÕES)

As coortes são definidas a partir do ano de nascimento dos entrevistados, obtido pela diferença entre a idade informada e o ano de aplicação da pesquisa. Nos modelos tradicionais de APC, os indivíduos são comumente agrupados em coortes com intervalos regulares de cinco ou dez anos. Essas coortes funcionam como uma aproximação operacional da noção de gerações, na medida em que reúnem indivíduos socializados em contextos históricos relativamente semelhantes, os quais tendem a influenciar, ainda que de forma heterogênea, a formação de suas atitudes e comportamentos políticos. Esta pesquisa utiliza essa estratégia de forma inicial, agrupando os entrevistados de 5 em 5 anos.

No entanto, também construímos uma variável sociológica de coortes, fundamentada em períodos substantivos de socialização capazes de conformar gerações claramente identificáveis, marcadas por eventos históricos e políticos relevantes.

De acordo com a teoria de Inglehart, aqueles que vivem em um período de maior prosperidade material desenvolvem valores distintos daqueles socializados em períodos de escassez, crises etc. Dessa forma, para pensar pós-materialismo, optamos por considerar recortes a partir da trajetória econômica brasileira (Quadro 2).

Quadro 2 - Recortes Geracionais por Trajetória Econômica

Período	Contexto predominante	Características de socialização
1930–1955 Industrialização Vargas	Transição do modelo agroexportador para o industrial; fortalecimento do Estado e do nacionalismo econômico; início da urbanização e da legislação trabalhista.	Infância e juventude marcadas por instabilidade política, baixo desenvolvimento e escassez material.
1956–1968 Industrialização e modernização (JK e início do regime militar)	Crescimento econômico e modernização da infraestrutura; otimismo desenvolvimentista e aumento da urbanização.	Socialização em contexto de prosperidade relativa e expectativas de ascensão social.
1969–1979 Milagre Econômico e crise do petróleo	Crescimento acelerado seguido por endividamento, autoritarismo político e aumento da desigualdade.	Experiência juvenil marcada por prosperidade material e repressão política.
1980–1993 Década perdida e hiperinflação	Crise fiscal, recessão, desemprego e instabilidade monetária; redemocratização política.	Socialização em contexto de incerteza econômica e frustração institucional.
1994–2001 Plano Real e reestruturação liberal	Estabilização monetária, abertura comercial e privatizações; aumento do consumo, mas desigualdade persistente.	Juventude marcada pela estabilidade de preços e confiança institucional moderada
2002–2013 Expansão social e crescimento interno	Políticas redistributivas, valorização do salário mínimo e inclusão pelo	Socialização em contexto de prosperidade, mobilidade

	consumo; confiança nas instituições.	social e ampliação de direitos.
2014–2018 Crise econômica e política	Recessão, aumento do desemprego e polarização política; perda de confiança nas instituições.	Juventude marcada por frustração econômica e instabilidade política.

Fonte: Elaboração própria

A formação dos valores e atitudes políticas de uma geração está diretamente relacionada ao contexto histórico em que seus membros foram socializados. No caso dos valores pós-materialistas, como argumenta Inglehart (1977; 1990), as mudanças nas prioridades valorativas resultam do grau de segurança material e física vivenciado durante o processo de socialização primária. Em sociedades marcadas pela escassez e pela insegurança econômica, tendem a prevalecer valores materialistas, voltados à sobrevivência; já em contextos de prosperidade e estabilidade, emergem valores pós-materialistas, voltados à autorrealização e à participação política. Dessa forma, compreender os ciclos econômicos pelos quais o Brasil passou ao longo do século XX permite identificar os períodos de socialização que moldaram distintas gerações em termos de orientação valorativa.

Além disso, analisar o impacto de gerações políticas na adesão a valores pós-materialistas no Brasil também é relevante porque permite compreender como diferentes contextos históricos de socialização política moldam prioridades valorativas que vão além da sobrevivência econômica. Embora Inglehart e Welzel (2009) destaquem que valores pós-materialistas não se confundem automaticamente com legitimidade democrática (pois indivíduos podem defender pautas identitárias ou autonomia individual sem necessariamente confiar nas instituições representativas), é importante verificar como essa relação acontece no contexto brasileiro. Assim, ignorar esse recorte geracional pode obscurecer tanto a pluralidade de significados atribuídos a esses valores quanto os possíveis descolamentos entre demandas culturais e apoio institucional, fenômenos centrais para interpretar a dinâmica política brasileira contemporânea.

Quadro 3 - Recortes Geracionais por Trajetória Política

Período	Contexto predominante	Características de socialização
1964-1985	Regime militar autoritário	Socialização sob repressão e restrição de participação; legitimidade limitada
1986-1994	Transição e redemocratização	Abertura política, nova Constituição e instabilidade institucional
1995-2013	Consolidação democrática	Estabilidade institucional, fortalecimento eleitoral e ampliação da cidadania
2014-2018	Crise de representação e polarização	Questionamentos à legitimidade democrática e aumento da desconfiança

Fonte: Elaboração própria

O regime militar brasileiro, instaurado após o golpe de 1964, foi marcado por repressão política, censura, suspensão de garantias civis e o controle de partidos políticos e sindicatos (Arruda, 2019). Essa fase produziu um ambiente de socialização política em que as instituições democráticas foram enfraquecidas, o que teve implicações duradouras para a legitimidade democrática de gerações que se formaram nesse contexto. A transição para a “abertura política” iniciou-se sob o governo de Ernesto Geisel (1974-79) e culminou em 1985 com o início de uma transição formal para a democracia. Essa geração viveu sua socialização política sob forte hierarquia estatal, baixa participação cidadã e instabilidade política — fatores que podem gerar menor confiança institucional e maior predisposição para soluções não-democráticas. Com o fim formal da ditadura em 1985 e a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil entrou em um período de redemocratização que implicou a reabertura política, a criação de novos partidos, e a ampliação dos direitos civis e políticos. Porém, esse processo também enfrentou desafios consideráveis: fragilidade institucional, desigualdades persistentes e mecanismos de participação ainda em construção. Para as gerações que cresceram ou se formaram politicamente nesse período, a socialização ocorreu num regime democrático formalmente estabelecido, mas institucionalmente inacabado. Nos anos 1990 e início dos 2000, o Brasil viveu um processo de estabilização democrática que incluiu eleições regulares, alternância de poder e expansão de programas sociais. Apesar disso, persistiram problemas

como corrupção e desigualdade. As gerações socializadas nesse contexto têm como pano de fundo uma democracia em funcionamento, porém com ressalvas de qualidade institucional.

Os Quadros 2 e 3 apresentam os recortes geracionais a partir das trajetórias econômica e política brasileira. Tendo em mente a definição dos “anos impressionáveis” entre 15 e 25 anos, consideramos, para categorizar cada geração, os indivíduos que, em cada onda, haviam vivido a maior parte desse período de socialização em cada recorte econômico. Por exemplo, em 1997, a geração Vargas (aqueles que viveram a maior parte de seus anos impressionáveis entre 1930 e 1955) era composta pelos indivíduos que possuíam entre 62 e 70 anos no momento de aplicação do *survey*.

Tabela 3 - Gerações por Trajetória Econômica

Gerações	Frequência	Porcentagem
Industrialização Vargas	175	2,97
Industrialização JK	591	10,04
Milagre Econômico	945	16,05
Década Perdida	1.714	29,11
Plano Real	968	16,44
Expansão Social	1.273	21,62
Crise	223	3,79
Total	5.889	100,00

Fonte: World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Tabela 4 - Gerações por Trajetória Política

Gerações	Frequência	Porcentagem
Ditadura	2.412	40,96
Redemocratização	1.198	20,34
Consolidação	1.982	33,66
Crise	297	5,04
Total	5.889	100,00

Fonte: World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

3.3.3 PERÍODO

A variável período procura capturar os efeitos conjunturais que incidem sobre os valores políticos de todos os indivíduos, independentemente da geração ou ciclo de vida em que se encontram. Ele considera momentos históricos específicos — como crises, protestos, rupturas institucionais — que afetam transversalmente diferentes idades e coortes.

Como ponto de partida na operacionalização da variável, identificam-se as ondas disponíveis do WVS para o Brasil e verificam-se os anos de coleta correspondentes. Em seguida, para cada ano de coleta, delimita-se de modo sistemático quais acontecimentos conjunturais nacionais são candidatos a provocar um efeito de período, ou seja, uma “mudança em bloco” nas atitudes que atravessa coortes e idades. A título de ilustração, uma onda mais recente (como a de 2022) pode refletir o efeito de período associado ao avanço da extrema-direita, polarização institucional e crises de legitimação democrática no Brasil.

Na escolha dos marcos de período, consideram-se os seguintes critérios: (1) relevância política ou econômica nacional (ex: protestos de 2013, impeachment de 2016, eleição de 2018, crise institucional de 2022); (2) plausibilidade causal de impacto nas atitudes e valores, segundo a literatura (ex: aumento da insatisfação, da desconfiança nas instituições) que pode se refletir nas perguntas do WVS; (3) compatibilidade temporal com os anos de coleta disponíveis, de modo a garantir que os respondentes estavam expostos ao evento ou seu impacto antes ou durante a onda do survey. Por fim, cabe ressaltar que, embora a identificação de efeitos de período seja metodologicamente desafiadora, dado que não se pode experimentar com “todos” os indivíduos ao mesmo tempo, a estratégia de vincular cada onda a um conjunto

claro de acontecimentos permite fortalecer a inferência de que certas mudanças nas atitudes não são apenas funcionamento natural do envelhecimento ou mudança geracional, mas resultados de impactos sociais conjunturais.

Quadro 4 - Ondas e Aplicações do WVS no Brasil

Onda WVS	Data de aplicação no Brasil	Possível marco de efeito de período
3 (1995-1998)	1997	Plano Real 1994, estabilização, privatizações, abertura econômica
5 (2005-2009)	2006	auge do crescimento brasileiro, valorização do salário mínimo, maior mobilização social
6 (2010-2014)	2014	crise internacional em 2008, manifestações de 2013, eleições 2014 polarizadas
7 (2017-2022)	2018	crise política 2015-2016, <i>impeachment</i> , ascensão da extrema-direita, polarização institucional

Fonte: Elaboração própria

Tabela 5 - Ano-survey

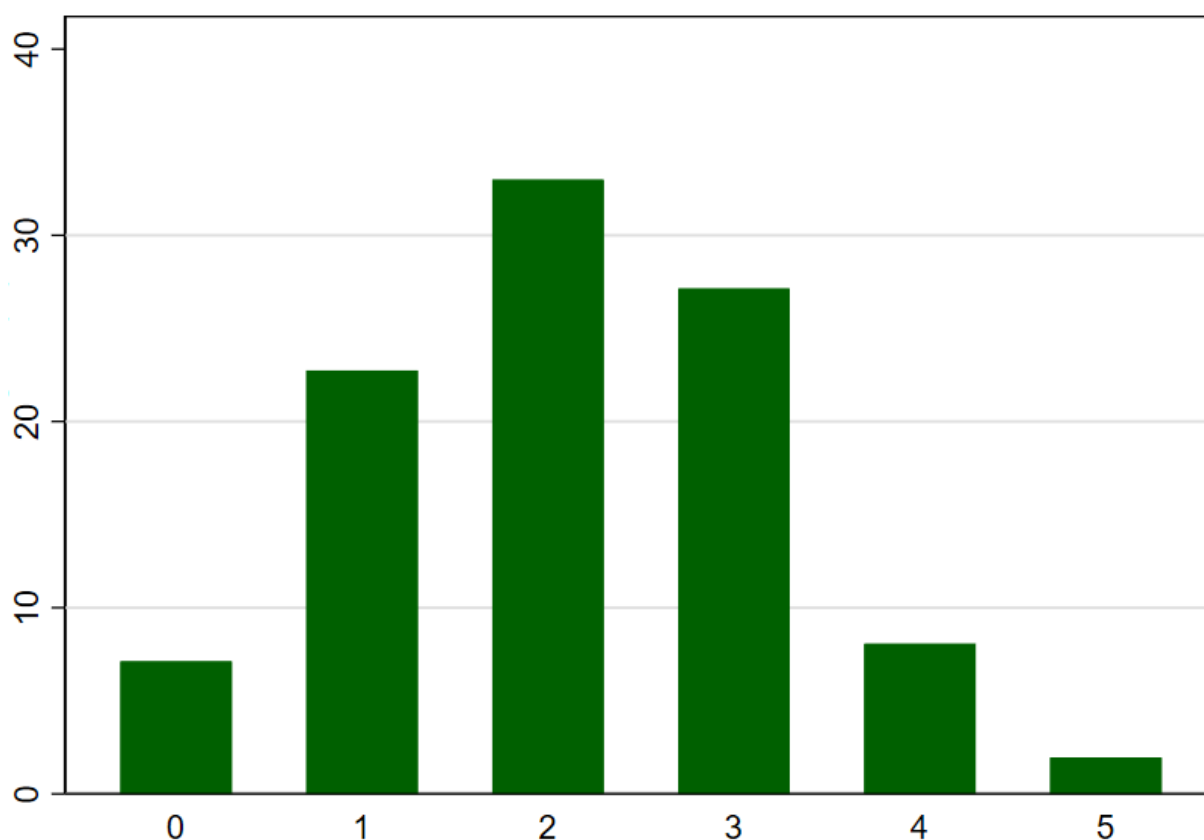
Ano de aplicação	Frequência	Porcentagem
1997	1.143	19,40
2006	1.500	25,46
2014	1.486	25,22
2018	1.762	39,91
Total	5.891	100,00

Fonte: World Values Survey - Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

4. ANÁLISES E RESULTADOS

As análises empíricas deste trabalho têm como variável dependente o índice de pós-materialismo, operacionalizado a partir do índice clássico proposto por Inglehart, conforme descrito no capítulo metodológico. O Gráfico 3 apresenta a distribuição dessa variável em nossa amostra, considerando todas as ondas do WVS.

Gráfico 3 - Distribuição do Índice de Pós-materialismo (%)



Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Nota-se que a distribuição do índice de pós-materialismo apresenta forte concentração nas posições intermediárias da escala, com predomínio do ponto 2 (33,0%) e, em seguida, do ponto 3 (27,1%), indicando que a maior parte dos respondentes combina prioridades materialistas e pós-materialistas. Nos extremos da escala, observa-se menor frequência de respostas. Os indivíduos claramente materialistas (0 e 1) somam cerca de 29,8% da amostra, com destaque para o ponto 1 (22,7%), enquanto os mais pós-materialistas (4 e 5) representam apenas 10,1%, sendo residual a proporção no ponto máximo da escala (5), com apenas 2,0%.

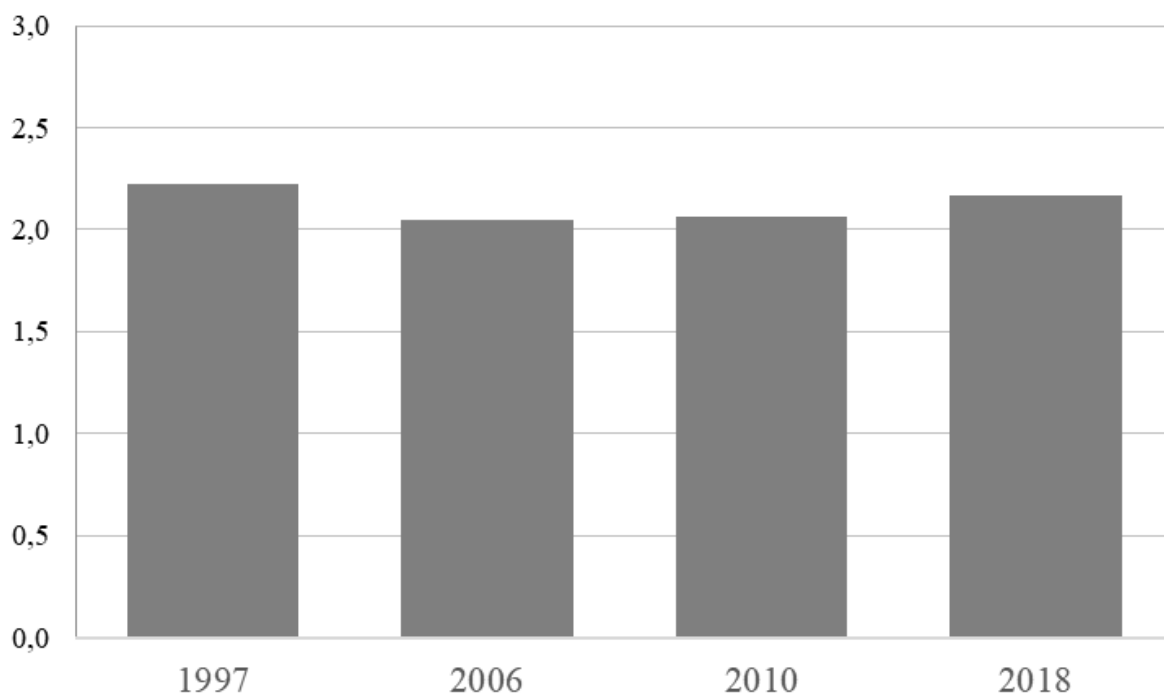
Assim, embora valores de autoexpressão e demandas pós-materialistas estejam presentes, eles ainda não se difundiram de forma ampla e consistente no conjunto da população.

É importante apontar o número significativo de não-respostas ao índice de pós-materialismo. Como mostra a Tabela 5, o número total de respondentes nas 4 ondas aqui analisadas foi de 5.891 indivíduos. O número de não-respondentes ao índice de pós-materialismo foi de 622 pessoas, provocando uma queda de 10,5% na amostra.

Uma análise descritiva da variação do pós-materialismo entre períodos, gerações e ciclos de vida já oferece indícios relevantes sobre a relação entre esses fenômenos. O Gráfico 4 mostra que 1997 apresenta a maior média de pós-materialismo no Brasil. Esse nível recua em 2006, mantém-se relativamente estável em 2010 e volta a crescer sutilmente em 2018, sugerindo variações moderadas ao longo do tempo, sem mudanças abruptas entre os períodos.

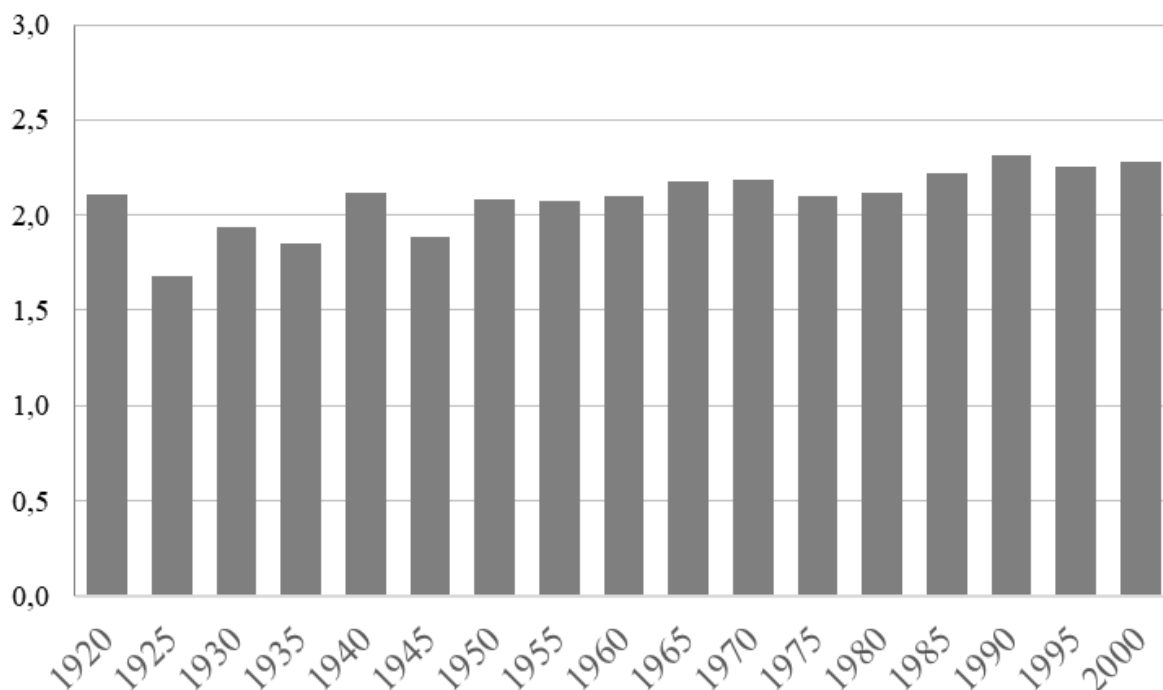
No caso das coortes, apresentado no Gráfico 5, não se observa um padrão claramente definido. As coortes mais antigas (1920–1945) tendem a apresentar níveis mais baixos de pós-materialismo, seguidas por uma elevação gradual ao longo do tempo, marcada por oscilações até as coortes mais recentes. Em síntese, não há evidência de um padrão linear consistente na evolução do pós-materialismo entre as coortes.

Gráfico 4 - Média de Pós-Materialismo por Onda



Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

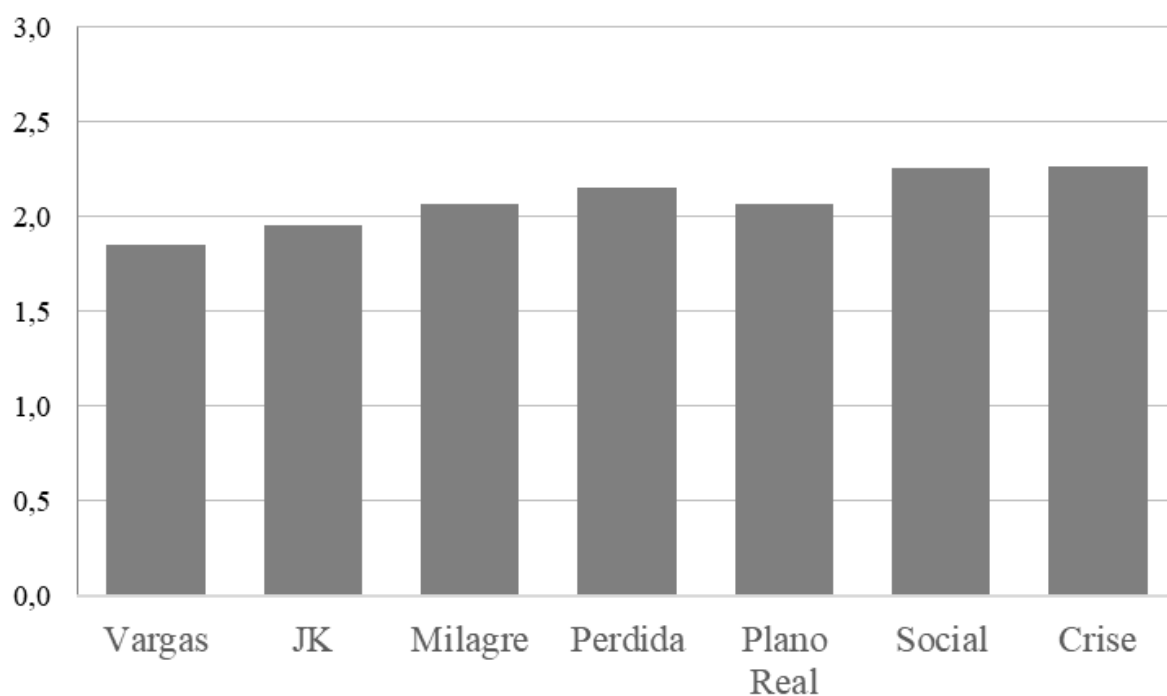
Gráfico 5 - Média de Pós-Materialismo por Coorte



Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Ao observarmos as gerações (Gráfico 6), começa a emergir um padrão mais consistente, com níveis de pós-materialismo crescentes ao longo das gerações Vargas, JK, Milagre e Década Perdida. Isso sugere que, a cada nova geração, houve um acréscimo, ainda que modesto, no pós-materialismo. Esse movimento, contudo, é interrompido na geração do Plano Real, que apresenta uma queda nos níveis do indicador. Nas gerações subsequentes, associadas ao período de desenvolvimento social e, posteriormente, à crise mais recente, o pós-materialismo volta a apresentar crescimento.

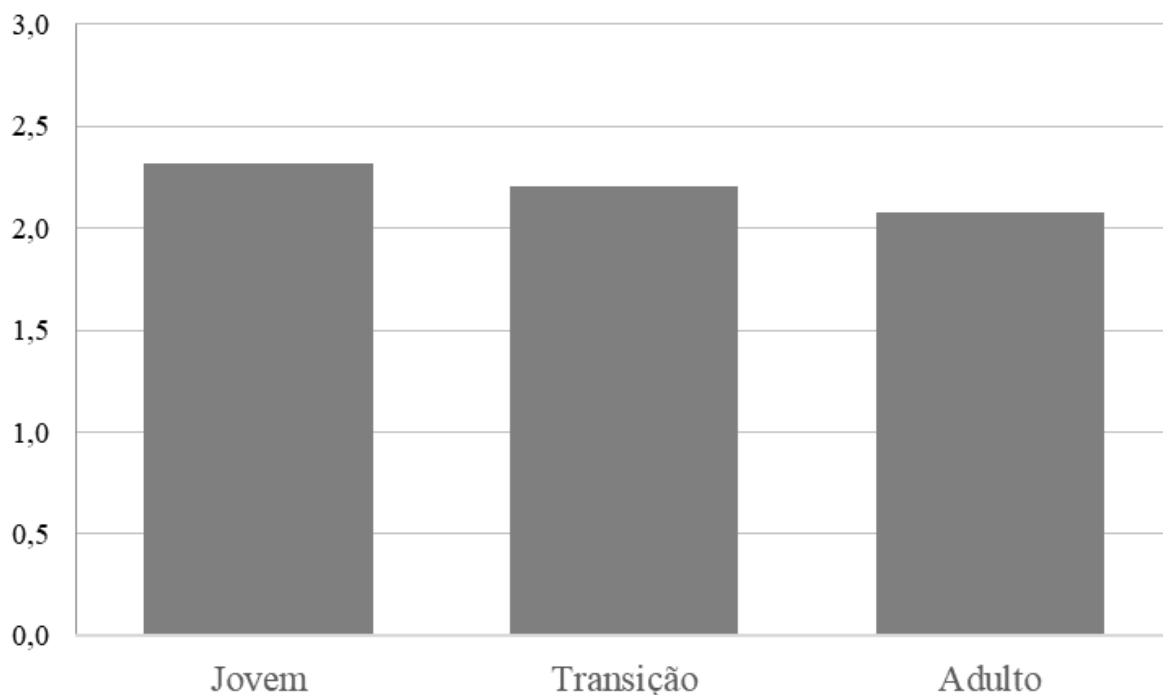
Gráfico 6 - Média de Pós-Materialismo por Gerações Econômicas



Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

O ciclo de vida apresenta o padrão mais claro entre as dimensões analisadas, evidenciando uma queda contínua do pós-materialismo ao longo das fases da vida.

Gráfico 7 - Média de Pós-Materialismo por Ciclo de Vida



Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

No entanto, esses dados representam apenas a variação da média do pós-materialismo, sem qualquer tipo de controle e adequação de modelos estatísticos. Portanto, nas próximas seções aplicamos modelos mais robustos para compreender, com maior segurança, qual a relação entre valores pós-materialistas e “idade”.

4.1. MODELO 1: APC COM IDADE, PERÍODO E COORTES

Para analisar o efeito da idade sobre os valores pós-materialistas no Brasil, mobilizamos inicialmente um modelo APC considerando a idade em anos (*age*), as ondas do *survey* (*period*) e as coortes definidas em intervalos de cinco anos (*cohorts*).

Conforme discutido no capítulo anterior, a estratégia metodológica originalmente adotada foi a do APC hierárquico, em função tanto da natureza dos dados disponíveis quanto dos pressupostos teóricos assumidos. No entanto, a aplicação desse modelo revelou uma limitação operacional relevante: no caso brasileiro, o WVS disponibiliza apenas cinco ondas de pesquisa (das quais só utilizamos quatro, devido às limitações metodológicas já mencionadas), número insuficiente para a adequada especificação do nível 2 em modelos hierárquicos quando o período é tratado como efeito aleatório.

Diante dessa restrição, procedemos a uma adaptação do modelo, tratando o período como uma variável de efeito fixo, assim como a idade, e mantendo apenas as coortes, que totalizam mais de 17 categorias, como unidade de nível superior no modelo. Essa decisão implica que os efeitos de período são estimados diretamente como diferenças sistemáticas entre as ondas do survey, sem a pretensão de generalização para outros contextos temporais não observados. Em contrapartida, as coortes são tratadas como realizações de um processo geracional mais amplo, permitindo a estimação da variância associada às diferenças entre gerações e a identificação de padrões estruturados de heterogeneidade intercoorte.

Essa especificação preserva a lógica analítica do APC ao distinguir explicitamente entre efeitos associados ao envelhecimento individual (idade), choques contextuais observáveis (período) e processos de socialização geracional (coorte), ainda que imponha uma assimetria deliberada na forma de modelagem desses componentes. Ao optar por modelar o período como efeito fixo, o modelo assume que os contextos históricos capturados pelas quatro ondas disponíveis são substantivamente relevantes em si mesmos, mas insuficientes para sustentar uma estrutura hierárquica de segundo nível. Como consequência, o modelo privilegia a identificação de efeitos geracionais persistentes, em detrimento da estimação de variações aleatórias de período. Essa escolha reduz o risco de instabilidade estatística e estimativas pouco confiáveis decorrentes de um número reduzido de unidades no nível superior, ao custo de limitar a interpretação probabilística dos efeitos de período. Ainda assim, essa adaptação é consistente com as recomendações da literatura metodológica, segundo a qual modelos hierárquicos requerem um número suficientemente grande de unidades no nível 2 para produzir estimativas robustas e substantivamente interpretáveis.

Além das variáveis centrais do modelo, incluímos controles individuais relativos ao sexo, à escolaridade, ao tamanho do município de residência, à satisfação com a vida e ao interesse por política. Todos os modelos estimados incorporam esse conjunto de variáveis de controle, de modo a reduzir a possibilidade de vieses de especificação.

Tabela 6 - Determinantes do Pós-Materialismo (APC “clássico”)

Variável	Coeficiente (Erro Padrão)	
Idade (anos)	-0.003***	(0.001)
Período (ref.: 1997)		
2006	-0.152***	(0.046)
2014	-0.110**	(0.048)
2018	-0.027	(0.046)

Sexo (ref.: Homem)		
Mulher	0.056*	(0.031)
População (ref.: Pequena)		
Média	0.090**	(0.042)
Grande	0.050	(0.035)
Escolaridade (ref.: Baixa)		
Média	0.214***	(0.036)
Alta	0.568***	(0.048)
Satisfação (ref.: Baixa)		
Média	0.078	(0.068)
Alta	-0.017	(0.066)
Interesse político (ref.: Alto)		
Médio	-0.243***	(0.051)
Baixo	-0.439***	(0.055)
Constante	2.346***	(0.099)
Observações		5.047

Notas: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.10.

Parâmetro	Estimativa	Erro Padrão	Intervalo 95%
Var (_cons)	0,00115	0,00164	[0,00007 – 0,01883]
Var (Residual)	1,17983	0,02352	[1,13463 – 1,22683]
LR test vs. Linear model: chibar2(01) = 0.80		Prob >= chibar2 = 0,1863	

Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Os resultados do modelo APC “clássico” indicam que as variações nos valores pós-materialistas no Brasil são explicadas predominantemente por efeitos da idade e de contexto. O efeito da primeira é negativo e estatisticamente significativo, ainda que de pequena magnitude, sugerindo que o envelhecimento está associado a uma redução gradual da adesão a valores pós-materialistas, mesmo após o controle por escolaridade, interesse por política e demais características individuais. Esse achado é consistente com interpretações que associam o avanço da idade à maior valorização de segurança e estabilidade (prioridades materialistas).

No que se refere aos efeitos de período, os resultados indicam diferenças significativas em relação à onda de referência (1997), especialmente nos anos de 2006 e 2014, quando se observa uma redução no índice de pós-materialismo. Tais efeitos, contudo, não seguem um

padrão linear ao longo do tempo, uma vez que a onda de 2018 não apresenta diferença estatisticamente significativa. Voltaremos a esse ponto mais adiante no texto.

Em contraste, a inclusão das coortes de nascimento como efeito aleatório não revelou variância substantiva entre grupos geracionais. A variância estimada do intercepto de coorte é muito reduzida e o teste de razão de verossimilhança não indica melhora significativa do ajuste do modelo em relação a uma especificação linear. Esse resultado sugere que, uma vez controlados os efeitos de idade e período, as diferenças entre coortes não desempenham papel relevante na explicação dos valores pós-materialistas no Brasil.

4.2. MODELO 2: APC COM CICLOS DE VIDA, PERÍODO E GERAÇÕES ECONÔMICAS

Diante dos resultados obtidos com a especificação inicial do modelo APC, que indicaram a predominância de efeitos associados ao ciclo de vida e ao contexto, bem como a ausência de variação substantiva entre coortes demográficas, avançamos para uma nova estratégia analítica baseada no refinamento conceitual das variáveis temporais. Em vez de operacionalizar a idade como uma medida contínua em anos e as coortes como agrupamentos demográficos regulares, passamos a empregar categorias sociologicamente mais informativas, capazes de captar os mecanismos subjacentes à formação e à mudança de valores.

Especificamente, substituímos a idade em anos por categorias de ciclo de vida, que refletem estágios socialmente estruturados da trajetória individual, como proposto por Okado (2013) — jovem, transição e vida adulta. Essa operacionalização parte do pressuposto de que mudanças nos valores políticos estão menos associadas ao envelhecimento cronológico em si e mais às transições sociais que caracterizam diferentes fases da vida adulta.

De forma análoga, substituímos as coortes demográficas por gerações sociologicamente definidas, construídas a partir de períodos substantivos de socialização marcados por eventos históricos relevantes. Essa escolha dialoga com a tradição sociológica da teoria das gerações, segundo a qual indivíduos socializados sob condições históricas semelhantes tendem a compartilhar orientações valorativas mais duráveis. Ao empregar gerações em lugar de coortes definidas por intervalos fixos de nascimento, buscamos avaliar se diferenças geracionais, ancoradas em experiências históricas específicas, oferecem maior poder explicativo do que agrupamentos puramente demográficos.

Essa segunda etapa da análise permite, portanto, testar a robustez dos achados anteriores e examinar se a ausência de efeitos de coorte observada no modelo inicial decorre de

limitações na operacionalização das variáveis ou se reflete, de fato, a primazia de efeitos de ciclo de vida e de contexto na explicação dos valores pós-materialistas no Brasil. Ao comparar os resultados obtidos com ambas as especificações, a análise contribui para uma avaliação mais rigorosa dos mecanismos temporais subjacentes à estruturação dos valores políticos.

O modelo (Tabela 7) abaixo apresenta os resultados do APC tendo como base as gerações econômicas, conforme já explicado na seção metodológica.

Tabela 7 - Determinantes do Pós-Materialismo (Gerações Econômicas)

Variável	Coefficiente	(Erro Padrão)
Condição juvenil (ref.: Jovem)		
Transição	-0.095	(0.064)
Adulto	-0.124**	(0.060)
Período (ref.: 1997)		
2006	-0.170***	(0.046)
2014	-0.144***	(0.048)
2018	-0.063	(0.047)
Sexo (ref.: Homem)		
Mulher	0.059*	(0.031)
População (ref.: Pequena)		
Média	0.080*	(0.042)
Grande	0.040	(0.035)
Escolaridade (ref.: Baixa)		
Média	0.223***	(0.036)
Alta	0.578***	(0.048)
Satisfação (ref.: Baixa)		
Média	0.080	(0.068)
Alta	-0.014	(0.066)
Interesse político (ref.: Alto)		
Médio	-0.233***	(0.051)
Baixo	-0.428***	(0.055)
Constante	2.315***	(0.103)
Observações		5.019

Notas: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.10.

Parâmetro	Estimativa	Erro Padrão	Intervalo 95%
Var (_cons)	0,00245	0,00240	[0,00035 – 0,016824]
Var (Residual)	1,17645	0,02350	[1,13128 – 1,223427]

Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Quando contrastamos os resultados obtidos com a idade operacionalizada como variável contínua (em anos) com aqueles derivados da especificação por ciclos de vida, observa-se uma convergência substantiva importante, acompanhada de um ganho interpretativo relevante. No modelo anterior, a idade apresentou um efeito negativo e estatisticamente significativo sobre o índice de pós-materialismo, indicando que o envelhecimento está associado a uma redução gradual da adesão a valores pós-materialistas. Embora consistente com a literatura, esse efeito se mostrou de pequena magnitude substantiva, dificultando a interpretação dos mecanismos sociais subjacentes ao processo.

A introdução dos ciclos de vida permite refinar essa leitura. Ao substituir a idade cronológica por categorias que representam estágios socialmente estruturados da trajetória individual, os resultados indicam que não é o simples avançar dos anos que importa, mas sim a transição entre fases da vida adulta. Enquanto a categoria de transição não se diferencia estatisticamente dos jovens, os indivíduos classificados como adultos apresentam níveis significativamente mais baixos de pós-materialismo, mesmo após o controle por geração, período e demais características individuais. Esse padrão sugere que a inflexão valorativa ocorre de forma concentrada em determinados momentos da trajetória de vida, e não como um processo linear e contínuo ao longo do tempo.

Essa comparação revela que o efeito identificado no modelo com idade contínua é, em grande medida, a expressão agregada de um processo não linear, captado de maneira mais precisa quando se utilizam categorias de ciclo de vida. O efeito negativo da idade, portanto, não deve ser interpretado como um simples declínio progressivo do pós-materialismo à medida que os indivíduos envelhecem, mas como o resultado de mudanças associadas à entrada em fases da vida marcadas por maiores responsabilidades sociais e econômicas.

O outro resultado importante do modelo é que a inclusão da variável de geração econômica ao invés das coortes melhora significativamente o ajuste do modelo em relação a uma especificação puramente linear, conforme indicado pelo teste de razão de verossimilhança (LR test: $p = 0,0239$). Esse resultado indica que a variação entre gerações não é aleatória, mas apresenta um padrão estruturado que merece consideração analítica. A estimativa da variância do intercepto no nível geracional é estatisticamente diferente de zero, o que sugere que as gerações diferem entre si quanto ao nível médio do índice de valores pós-materialistas, mesmo

após o controle por ciclo de vida, período e características sociodemográficas. Em termos substantivos, essa variação é de baixa magnitude, indicando que o pertencimento geracional desloca o ponto médio dos valores pós-materialistas de forma modesta, mas consistente.

O efeito reduzido da geração pode ser explicado, em parte, pela trajetória histórica brasileira, que impõe limites claros à emergência de padrões pós-materialistas robustos. Mesmo as gerações socializadas em períodos de crescimento econômico ou expansão de políticas sociais vivenciaram contextos marcados por insegurança crônica, seja pela memória inflacionária, pela instabilidade institucional ou pela violência urbana persistente. Nesse cenário, a socialização tende a ser híbrida: ainda que certos segmentos tenham experimentado melhorias materiais, a sensação de segurança física e econômica nunca se consolidou de forma ampla e duradoura. A baixa magnitude dos efeitos geracionais, portanto, parece refletir uma condição estrutural na qual os pressupostos clássicos da teoria do pós-materialismo — especialmente a segurança existencial — são apenas parcialmente atendidos.

Essa interpretação ganha força quando se considera a profunda desigualdade intra-geracional que caracteriza a sociedade brasileira: indivíduos pertencentes à mesma coorte etária podem ter sido socializados sob condições radicalmente distintas, dependendo de sua posição de classe, território e acesso a recursos. Assim, ao invés de gerações homogêneas, o que se observa são “tempos sociais” distintos coexistindo dentro da mesma geração. Essa heterogeneidade interna tende a reduzir a magnitude média dos efeitos geracionais estimados, sem invalidar a existência de padrões estruturados de socialização.

Para avançar na interpretação do componente geracional e identificar quais gerações econômicas apresentam relevância substantiva, recorreremos aos *Best Linear Unbiased Predictors* (BLUPs), que correspondem às estimativas empíricas dos efeitos aleatórios associados a cada unidade de nível superior. Diferentemente da variância agregada do intercepto, os BLUPs permitem decompor a heterogeneidade geracional, estimando o desvio específico de cada geração em relação à média global do índice de valores pós-materialistas.

Do ponto de vista metodológico, os BLUPs representam uma combinação ótima entre a informação proveniente da média do grupo e a média geral da amostra, sendo ajustados pela precisão da estimativa e pelo tamanho amostral de cada geração. Esse mecanismo de *shrinkage* evita superestimar diferenças espúrias entre grupos pouco representados, garantindo estimativas mais estáveis e conservadoras dos efeitos geracionais. Assim, apenas desvios sistemáticos e sustentados pelos dados emergem como substantivamente relevantes.

Os resultados dos modelos indicam a existência de heterogeneidade geracional substantiva nos níveis de pós-materialismo no Brasil, ainda que com magnitudes moderadas. As estimativas dos efeitos aleatórios de coorte, expressas pelos BLUPs, revelam que diferentes gerações apresentam desvios sistemáticos em relação à média global do índice, mesmo após o controle por idade, escolaridade, interesse por política e efeitos de período. Esse padrão sugere que a socialização histórica exerce um papel independente na estruturação dos valores, ainda que condicionado pelas especificidades do contexto brasileiro.

Tabela 8 - Teste *Best Linear Unbiased Predictors* (BLUPs)

Geração econômica	Média
Vargas	-0,0303615
JK	-0,0341024
Milagre	-0,0057653
Perdida	0,0453281
Plano Real	-0,0422158
Social	0,0550407
Crise	0,0120763
Total	0,013359

Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Entre as gerações analisadas, a Geração Social e a Geração da Década Perdida apresentam os maiores desvios positivos, indicando maior propensão média de adesão a valores pós-materialistas. Esses resultados são particularmente relevantes por evidenciarem que a emergência de valores de autoexpressão no Brasil não está restrita a contextos de prosperidade econômica contínua. Ao contrário, esses achados reforçam a hipótese de que experiências políticas intensas e momentos de abertura institucional podem funcionar como catalisadores de valores pós-materialistas, mesmo em contextos de escassez material.

A Geração Social, socializada durante o processo de redemocratização e no período de elaboração e promulgação da Constituição de 1988, foi exposta a um ambiente marcado pela centralidade do discurso dos direitos, da participação política e da ampliação das liberdades civis. Trata-se de um momento singular da história brasileira, no qual a democracia foi vivenciada como um projeto coletivo e normativamente valorizado. Essa “efervescência cívica” pode ser interpretada como um choque institucional de autoexpressão, capaz de fomentar disposições pós-materialistas mesmo em uma sociedade estruturalmente desigual.

De forma complementar, a Geração da Década Perdida apresenta um padrão que, à primeira vista, poderia parecer paradoxal. Apesar de ter vivido sob condições de profunda instabilidade econômica, hiperinflação e deterioração das condições materiais, essa geração também se destaca por níveis relativamente elevados de pós-materialismo. Uma interpretação plausível é a de que a privação material extrema, associada à mobilização política pelas Diretas Já e pela redemocratização, tenha reforçado a valorização da liberdade política, da expressão e da participação, elementos centrais do índice de Inglehart. Nesse caso, a escassez não inibe, mas reconfigura a orientação valorativa.

Em contraste, a geração socializada no contexto do Plano Real apresenta o maior desvio negativo, indicando maior adesão a valores materialistas. Esse resultado parece contraintuitivo à luz da teoria clássica do pós-materialismo, que associaria estabilidade econômica e controle inflacionário à emergência de valores de autoexpressão. No entanto, no caso brasileiro, a estabilização monetária esteve fortemente associada à expansão do consumo de massa e à possibilidade inédita de aquisição de bens duráveis. Assim, a socialização dessa geração parece ter sido marcada pela valorização da estabilidade econômica e do acesso ao mercado, reforçando prioridades materialistas ligadas à segurança e ao consumo.

Essa interpretação sugere que o Plano Real produziu uma forma específica de socialização materialista, ancorada não na escassez, mas na conquista da previsibilidade econômica após décadas de instabilidade. A estabilidade monetária tornou-se, para essa geração, um valor central a ser preservado, funcionando como um elemento estruturante de sua orientação normativa. Nesse sentido, o materialismo observado não decorre da ausência de desenvolvimento, mas da centralidade simbólica atribuída à estabilidade econômica como conquista histórica.

As gerações Vargas e JK também apresentam desvios negativos, o que pode ser interpretado à luz do paradigma desenvolvimentista que marcou sua socialização. Para esses grupos, o progresso esteve historicamente associado à industrialização, à expansão da infraestrutura e à centralidade do Estado como promotor do crescimento econômico. Trata-se de uma forma de materialismo na qual ordem, desenvolvimento e segurança econômica são priorizados em detrimento de demandas por autoexpressão ou participação ampliada.

A Geração do Milagre, por sua vez, apresenta um desvio muito próximo da média global, sugerindo relativa neutralidade quando considerados os controles do modelo. Esse resultado pode refletir a natureza ambígua da socialização nesse período: embora tenha ocorrido sob crescimento econômico acelerado, esse crescimento foi acompanhado por

autoritarismo político, repressão e forte concentração de renda. A combinação entre prosperidade material seletiva e restrição de liberdades pode ter produzido efeitos compensatórios, resultando em uma orientação valorativa média quando analisada de forma agregada.

É importante ressaltar que a magnitude absoluta dos BLUPs é pequena, o que é esperado em modelos hierárquicos bem especificados e com forte controle por variáveis individuais. Ainda assim, o fato de esses desvios serem sistemáticos e estatisticamente relevantes no conjunto do modelo, reforça a interpretação de que as gerações importam, ainda que seus efeitos sejam condicionais e não determinísticos.

4.3 VARIÁVEIS DE CONTROLE: ESCOLARIDADE E INTERESSE POR POLÍTICA

Como discutido anteriormente, embora Inglehart e Welzel (2009) argumentem que valores pós-materialistas e de legitimidade democrática não caminham necessariamente de forma convergente, isso não significa que tais valores sejam irrelevantes para a compreensão das percepções e comportamentos políticos dos indivíduos. Assim, ainda que não haja uma relação mecânica entre adesão a valores de autoexpressão e compromisso democrático, esses valores podem influenciar padrões de participação, avaliação institucional e engajamento cívico. Partindo dessa premissa, esta pesquisa optou por testar a relação entre pós-materialismo e pertencimento geracional não apenas a partir de gerações econômicas, mas também considerando gerações políticas. Essa escolha analítica reconhece que eventos políticos críticos, processos de democratização, crises institucionais e mudanças no regime político podem desempenhar papel decisivo na formação e reconfiguração de orientações valorativas, ampliando a compreensão do pós-materialismo para além de seus determinantes exclusivamente econômicos.

Contudo, para trabalhar com a variável de gerações políticas, foi necessária uma adaptação metodológica. Como ela apresenta apenas quatro categorias, sua inclusão em um modelo hierárquico implicaria o mesmo problema observado na variável de período: um número insuficiente de casos no nível 2. Para contornar essa limitação, deixamos de lado o modelo hierárquico e estimamos um modelo de regressão linear simples, no qual as três dimensões — período, coorte e geração — foram incluídas simultaneamente.

Foram realizados testes de multicolinearidade por meio do VIF, que indicaram valores abaixo do limiar crítico de 10, afastando a possibilidade de correlações elevadas entre as

variáveis a ponto de comprometer as estimativas. Reconhecemos que a adoção de um modelo de regressão simples implica a perda da estrutura hierárquica originalmente pretendida. Ainda assim, essa estratégia permite, ao menos, testar de forma exploratória se há indícios de diferenças sistemáticas entre as gerações políticas, o que pode orientar análises futuras com desenhos metodológicos mais adequados.

Tabela 9 - Determinantes do Pós-Materialismo (Gerações Políticas)

Variável	Coeficiente	Erro Padrão
Geração Política (ref.:Ditadura)		
Redemocratização	0.123***	(0.042)
Consolidação	0.022	(0.042)
Crise	0.123	(0.093)
Condição juvenil (ref.:Jovem)		
Transição	-0.083	(0.066)
Adulto	-0.110*	(0.066)
Período (ref.:1997)		
2006	-0.154***	(0.046)
2014	-0.117**	(0.049)
2018	-0.052	(0.049)
Sexo (ref.:Homem)		
Mulher	0.058*	(0.031)
População (ref.:Pequena (até 100.000))		
Médio (100.000-500.000)	0.082*	(0.042)
Grande (+500.000)	0.040	(0.035)
Escolaridade (ref.:Baixa)		
Média	0.222***	(0.036)
Alta	0.584***	(0.048)
Satisfação com a vida (ref.:Baixa)		
Média	0.081	(0.068)
Alta	-0.013	(0.066)

Interesse por política (ref.:Alto)		
Médio	-0.236***	(0.051)
Baixo	-0.431***	(0.055)
Constant	2.264***	(0.106)
Observações	5,019	

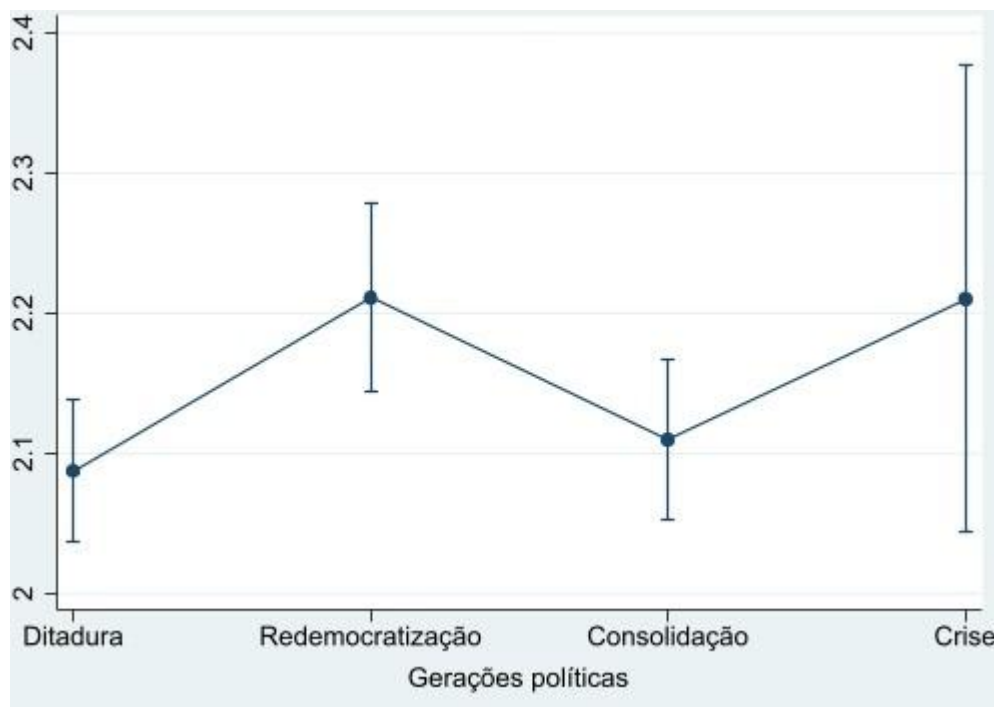
Nota: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.10

Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 9, observa-se que a geração socializada durante o período de redemocratização apresenta níveis mais elevados de valores pós-materialistas quando comparada à geração que viveu sua socialização sob a ditadura militar. Esse achado sugere que o contexto de abertura política, ampliação de direitos civis e fortalecimento das instituições democráticas exerceu influência relevante na formação de orientações valorativas mais próximas da autoexpressão. Em contraste, as gerações associadas aos períodos de consolidação democrática e de crise não apresentam coeficientes estatisticamente significativos, o que impede a identificação de um efeito linear ou cumulativo das gerações políticas sobre o pós-materialismo. Assim, o modelo aponta para um efeito específico e concentrado na geração da redemocratização, e não para uma trajetória contínua de intensificação desses valores ao longo do tempo político.

Essa interpretação, contudo, deve ser feita com cautela. Como já discutido anteriormente, o modelo enfrenta limitações importantes, o que reduz sua robustez explicativa. A ausência de significância para algumas gerações políticas pode estar relacionada à sobreposição entre efeitos de idade, período e coorte, bem como à própria instabilidade do contexto político brasileiro nas décadas subsequentes à redemocratização.

Gráfico 8 - Efeitos Marginais Médios (Gerações Políticas)

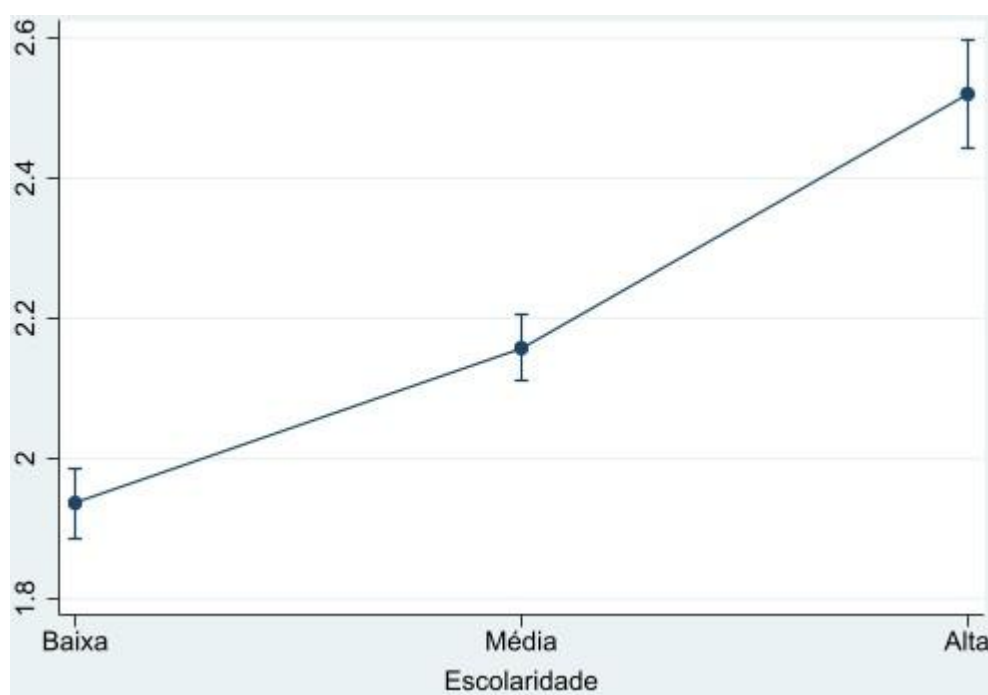


Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

As tabelas de efeitos marginais ilustradas pelos Gráficos 8, 9, 10 e 11 encontram-se no Apêndice. No Gráfico 8, acima, percebe-se que as gerações associadas à redemocratização e ao período mais recente de crise política aparecem como aquelas com níveis relativamente mais elevados de pós-materialismo quando comparados à média. No caso da redemocratização, esse resultado é coerente com a ideia de uma socialização marcada pela valorização da democracia, dos direitos e da participação política. Já o efeito positivo associado à geração da crise pode ser interpretado à luz de uma socialização política caracterizada pela contestação, pela crítica às instituições e pela centralidade de pautas ligadas à transparência e a novos repertórios de mobilização, principalmente através da popularização e democratização das redes sociais. Ainda que atravessado por ambiguidades, esse resultado sugere que contextos de instabilidade política também podem atuar como gatilhos para a reconfiguração de valores, reforçando a hipótese de que mudanças valorativas não dependem exclusivamente de períodos de prosperidade econômica. No entanto, é preciso destacar que embora o teste tenha indicado significância estatística, os intervalos de confiança associados às médias mostraram-se muito amplos, sugerindo baixa precisão nas estimativas. Esse resultado indica que, apesar da evidência de efeito, há considerável incerteza quanto à sua magnitude e direção exata.

Os resultados a seguir evidenciam diferenças importantes na magnitude dos efeitos associados às variáveis explicativas do pós-materialismo. O Gráfico 9 revela um padrão particularmente robusto: observa-se uma escalada ascendente na probabilidade média predita de adesão a valores pós-materialistas à medida que aumenta o nível de escolaridade. As diferenças entre os estratos educacionais são expressivas, indicando que a escolarização exerce um papel central na estruturação desse tipo de orientação valorativa. Esse achado reforça a literatura que associa a educação formal ao desenvolvimento de capacidades cognitivas, maior exposição a valores universalistas e maior disposição para a autoexpressão — elementos fundamentais do pós-materialismo na formulação de Inglehart.

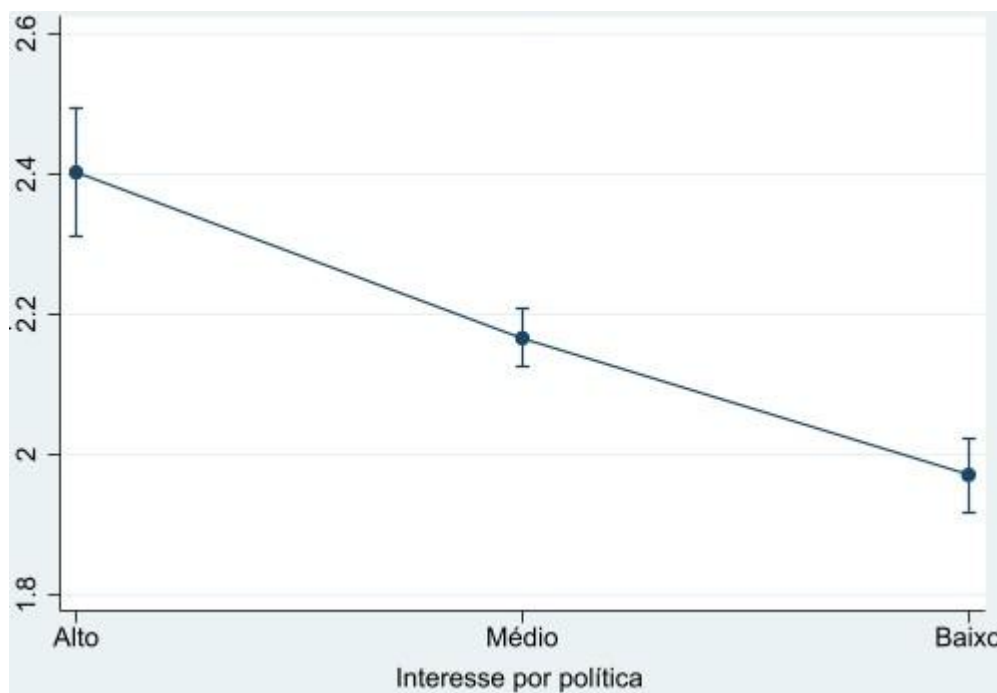
Gráfico 9 - Efeitos Marginais Médios (Escolaridade)



Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Um padrão semelhante é observado no Gráfico 10, que trata do interesse por política. À medida que cresce o grau de interesse declarado, aumentam também, de forma consistente, as probabilidades médias de adesão ao pós-materialismo. Assim como no caso da escolaridade, as diferenças em relação à média são substantivas, sugerindo que o engajamento com a política está fortemente associado a orientações valorativas menos centradas na segurança material e mais voltadas à autoexpressão. Em conjunto, esses dois resultados indicam que fatores ligados ao capital cognitivo e ao envolvimento político produzem os maiores deslocamentos na distribuição do pós-materialismo.

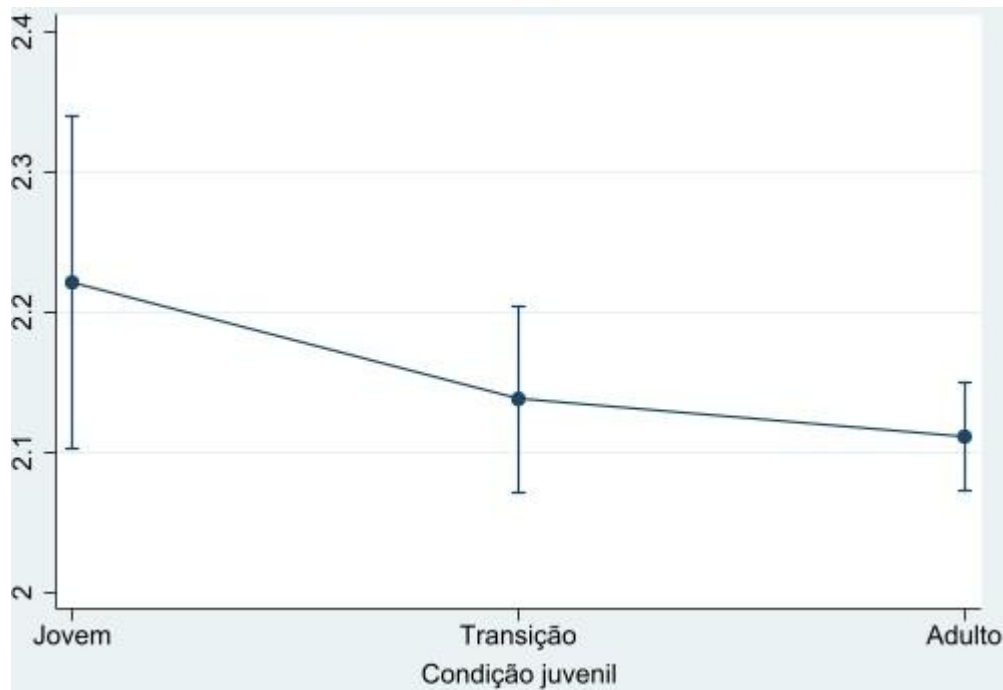
Gráfico 10 - Efeitos Marginais Médios (Interesse por Política)



Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Já o Gráfico 11, que apresenta os efeitos da condição juvenil, aponta para uma tendência de queda na adesão ao pós-materialismo entre indivíduos em transição e adultos, quando comparados aos jovens. Embora o efeito seja consistente com a hipótese do ciclo de vida — segundo a qual o aumento de responsabilidades tende a reforçar preocupações materialistas —, sua magnitude é relativamente menor quando comparada às observadas para escolaridade e interesse por política. Paralelamente ao que foi encontrado para a variável de geração política, os resultados indicam significância estatística, porém com baixa precisão estimativa, como evidenciado pelos amplos intervalos de confiança.

Gráfico 11 - Efeitos Marginais Médios (Condição Juvenil)



Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Em suma, os resultados indicam que escolaridade e interesse por política são, de longe, os preditores individuais mais robustos da adesão a valores pós-materialistas. Indivíduos com níveis médios e, sobretudo, altos de escolaridade apresentam coeficientes positivos expressivos e estatisticamente significativos, mesmo após o controle simultâneo por ciclo de vida, geração e período. Esse achado é consistente com a literatura clássica sobre mudança de valores, que associa a expansão educacional ao desenvolvimento de orientações voltadas à autoexpressão, tolerância e participação cívica. Assim, evidencia-se a relevância de fatores estruturais e institucionais que podem ser objeto de políticas públicas, reforçando a ideia de que transformações valorativas não dependem apenas de processos lentos de substituição geracional, mas também de condições sociais e cognitivas que moldam a experiência política dos indivíduos.

Recuperando a discussão já delineada, a teoria pós-materialista de Inglehart fundamenta-se em duas hipóteses centrais: a hipótese da escassez e a hipótese da socialização. A primeira retoma a noção da pirâmide de prioridades de Maslow, segundo a qual as demandas mais urgentes a serem resolvidas são aquelas vinculadas à sobrevivência física e material. Enquanto questões como integridade física e insegurança alimentar permanecerem como ameaças concretas, as pautas relacionadas à vida simbólica e à autorrealização tendem a ocupar um lugar secundário na hierarquia de valores. Para que um indivíduo passe a enfatizar

metas de autoexpressão, é necessário que sua sobrevivência esteja minimamente assegurada; do contrário, as preocupações materialistas emergirão invariavelmente como prioridade máxima.

Paralelamente, a hipótese da socialização introduz a dimensão temporal da transformação de valores. Com base nas discussões sobre socialização política e na noção de "anos impressionáveis", Inglehart sustenta que a mudança de valores não ocorre de forma abrupta: é preciso que uma geração seja socializada em um contexto de maior abundância material do que a anterior para que novos valores sejam incorporados de maneira duradoura. É por meio da experiência de socialização na juventude — principalmente entre os 15 e os 25 anos — que se forja uma nova geração, portadora de valores distintos, que gradualmente substituirá as gerações anteriores e alterará os valores predominantes em uma sociedade. Em contextos marcados por maior abundância material e segurança física, os valores pós-materialistas tornam-se hegemônicos. Dessa forma, Inglehart atribui ênfase central à substituição geracional como o principal mecanismo de transformação dos valores ao longo do tempo.

No entanto, a literatura passou a explorar outras maneiras pelas quais a idade pode influenciar a cultura política. Mishler e Rose (2007), a partir do debate entre abordagens culturais e institucionais, desenvolvem uma teoria conciliadora que, sem desprezar a importância da socialização na juventude, reconhece a capacidade de aprendizado contínuo dos indivíduos ao longo da vida. Nessa perspectiva, os sujeitos podem assimilar novas experiências na vida adulta e submetê-las a um processo de revisão ou reforço em relação ao que foi aprendido durante seus anos de maior receptividade. Nesses modelos de socialização mais "abertos", reconhece-se a influência tanto de efeitos de período quanto de processos relacionados ao ciclo de vida. Isso porque, para além dos choques contextuais na formação de valores, as transições de papéis ao longo da vida — como o ingresso no mercado de trabalho, a constituição de família ou a assimilação de novas responsabilidades — funcionam como "repositórios" capazes de remodelar as formas como os indivíduos pensam, percebem e se posicionam diante da política.

Nesse sentido, os resultados desta dissertação apontam para a relevância do ciclo de vida na compreensão da adesão aos valores pós-materialistas entre os brasileiros. De modo distinto do que Inglehart observa em sociedades pós-industriais, a realidade brasileira evidencia a importância dos papéis sociais assumidos ao longo da trajetória de vida, não se restringindo ao processo de substituição geracional e reforçando a ação de recortes sociais e

etários que moldam a maneira como a sociedade incorpora questões de autoexpressão. Identificamos, assim, uma limitação na teoria de Inglehart quando aplicada a contextos que não seguem a lógica de desenvolvimento socioeconômico característica dos países do Norte global.

Além disso, a persistência de um contingente residual de pós-materialistas no Brasil (apesar do inegável progresso econômico e social das últimas décadas) encontra sua principal chave explicativa na natureza singular e contraditória do desenvolvimento nacional. Diferentemente da trajetória experimentada pelos países do Norte global no pós-Segunda Guerra — décadas de prosperidade contínua, pleno emprego e construção de robustos estados de bem-estar social que pavimentaram a transição geracional para valores de autorrealização —, o Brasil vivenciou um padrão de desenvolvimento marcado por interrupções. O período aqui analisado (entre as décadas de 1990 e 2020) testemunhou não apenas a consolidação da estabilização monetária e a expansão do acesso ao consumo e a serviços, mas também profundas vulnerabilidades estruturais. A persistência de uma das maiores desigualdades de renda e riqueza do mundo, a precarização do mercado de trabalho com altos índices de informalidade e a provisão frequentemente fragmentada e de qualidade heterogênea dos serviços públicos impediram que a sensação subjetiva de segurança existencial (o verdadeiro motor da mudança de valores) se difundisse para além de estratos sociais muito restritos.

Um segundo fator crucial reside na própria natureza da teoria de Inglehart e na sua transposição para contextos periféricos. A teoria assume que o crescimento econômico gera um sentimento generalizado de segurança material que, transmitido entre gerações, levaria inevitavelmente à ascensão pós-materialista. No entanto, no Brasil, os ganhos materiais foram historicamente frágeis e concentrados. As melhorias nos indicadores sociais entre os anos 2000 e meados da década de 2010, embora significativas, foram em grande parte impulsionadas por um “boom” de *commodities* e por políticas de transferência de renda que, ao serem ameaçadas por crises políticas e econômicas sucessivas (como a de 2014-2016), expuseram a precariedade da segurança alcançada. Dessa forma, para a maioria da população, a experiência não foi a de uma escalada segura rumo a necessidades de pertencimento e estima, mas a de uma conquista recente e constantemente passível de reversão. Nesse cenário, as preocupações com ordem, estabilidade e sobrevivência continuam a dominar a hierarquia de valores, inibindo o florescimento de uma agenda pós-materialista ampla. Em suma, apesar dos avanços, os brasileiros ainda não contam com um sentimento subjetivo de segurança física e material (este sendo o principal fator de adesão aos valores pós-materialistas).

Dessa forma, a ausência de uma mudança significativa nas séries temporais ao longo de quase três décadas revela a existência de um “teto estrutural” para o pós-materialismo no Brasil, determinado por fatores que transcendem a renda média. A manutenção de altos níveis de violência urbana, a baixa confiança nas instituições democráticas e um sistema de proteção social que, embora expandido, permaneceu incompleto e sujeito a cortes cíclicos, criaram um ambiente onde mesmo as gerações nascidas após a estabilização econômica cresceram imersas em inseguranças que a teoria originalmente previu que desapareceriam. Em suma, o que se observa não é uma falha na teoria, mas a confirmação de que a transmissão geracional de valores seguros depende da consolidação de um estado de bem-estar inclusivo e estável ao longo de décadas. Enquanto no Norte global a expansão dos valores pós-materialistas foi o produto de sociedades que alcançaram um patamar de segurança como *status quo*, no Brasil, os avanços econômicos e sociais, embora inegáveis, não foram suficientes para romper um ciclo histórico de instabilidade e exclusão, resultando em um pós-materialismo que permanece um fenômeno de nicho, ainda fortemente restrito às elites com alto capital cultural e econômico.

Por fim, ao analisarmos os resultados que evidenciam a importância da variável de escolaridade, encontramos uma convergência em relação à teoria. Dalton (2017) chama a atenção para um processo crescente de mobilização cognitiva, que resulta em mais pessoas com recursos e habilidades tanto para agir de maneira mais autônoma politicamente, quanto para lidar com as próprias complexidades que envolvem a vida política. No entanto, apesar desse crescimento do volume e do acesso às informações, é essencial que os indivíduos saibam navegar entre os estímulos e processar as informações de maneira adequada. Nesse sentido, a educação surge como a principal ferramenta.

Indo para além da esfera participativa, Inglehart e Welzel (2009) também pontuam os níveis educacionais como uma variável fundamental para o desenvolvimento da síndrome de valores de autoexpressão. Através de níveis crescentes de crescimento econômico e maior acesso à educação e informação, os seres humanos se tornam mais independentes material, intelectual e socialmente. Esse processo permite a mudança de prioridades valorativas de pautas mais ligadas à sobrevivência para aquelas mais ligadas à autonomia e à liberdade. Trata-se, para os autores, de uma transformação humanística da modernidade.

Dessa forma, os achados desta dissertação vão de encontro com estudos consolidados que relacionam maiores níveis educacionais à valores e comportamentos mais autoexpressivos e democráticos (Dalton, 2013, 2017; Norris, 2011; Inglehart e Welzel, 2009). Há, assim, um

claro diálogo com a trajetória brasileira recente de ampliação do acesso educacional, sugerindo que a democratização do ensino não apenas transforma oportunidades individuais, mas também atua como um mecanismo estrutural de mudança cultural e consolidação democrática. No contexto brasileiro, investir em educação equivale, portanto, a investir na própria sustentabilidade de uma cultura mais humanística.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto acadêmico que se intensifica pós-Segunda Guerra Mundial na Ciência Política foi marcado pela tentativa de responder à indagação sobre como democracias já consolidadas puderam ruir e se transformar em autocracias com o apoio de suas próprias populações. Já durante a década de 1970, Inglehart (1977) desenvolve o conceito de pós-materialismo, visando compreender a *Revolução Silenciosa* pela qual passavam os chamados países pós-industriais, depois de um significativo período de prosperidade. Ao desenvolver sua teoria de mudança de valores, o autor inspirou cientistas de diversas partes do mundo, que buscaram analisar a maneira como suas próprias sociedades encaravam questões sociais, econômicas, políticas e culturais. Esta dissertação se insere nesses esforços para entender como pensam os brasileiros e para onde está caminhando a cultura política de nosso país. Nesse sentido, para além do uso comum como variável de controle, nosso objetivo principal foi compreender mais profundamente o impacto da idade sobre a formação de valores pós-materialistas entre os brasileiros.

É importante ressaltar que encontramos dificuldades no caminho. Ainda há, em nosso país, um número incipiente de *surveys* de opinião pública que aplicam seus questionários de maneira consistente no tempo. Ainda que o Brasil tenha participado de 5 ondas do WVS, nos limitamos a trabalhar com apenas 4 devido às restrições mencionadas em capítulos anteriores. Dessa forma, apesar de cobrir o período que se estende de 1997 à 2018, as ondas aqui consideradas ainda são muito restritas quando se tem como objetivo compreender a maneira como os valores e comportamentos se modificam no tempo, principalmente entre diferentes gerações.

Tendo em mente essas e outras limitações, utilizamos a abordagem *Age-Period-Cohort* (APC) e encontramos, ao decompor o efeito da idade entre ciclo de vida, período e gerações, efeitos modestos na direção prevista por Inglehart. Contudo, mesmo após o controle por estas variáveis, o nível de escolaridade e de interesse por política se mostraram como os mais fortes preditores individuais de adesão a valores pós-materialistas.

Os resultados gerais apontam para um pós-materialismo volátil, que não parece depender tão fortemente de períodos marcados por prosperidade econômica. Mesmo reconhecendo que Inglehart não desconsidera a importância de trajetórias culturais e históricas em sua teoria, é preciso cuidado ao olhar para países que não fazem parte da realidade onde surge a teoria da mudança de valores. Ainda que os dados demonstrem certa congruência entre

a realidade brasileira e o que aponta a teoria, há ressalvas importantes que devem ser consideradas em futuros estudos.

De maneira sucinta, choques de período e tendências políticas passageiras não parecem causar grande impacto na maneira como os brasileiros enxergam questões relacionadas à autoexpressão. Por um lado, o fato de escolaridade e interesse por política serem os preditores individuais mais robustos pode indicar uma dificuldade estrutural quando consideramos os avanços educacionais que, apesar de importantes, ainda não foram universalizados. Por outro lado, este resultado indica que a mudança valorativa na direção de uma sociedade menos materialista pode ser alcançada com políticas públicas eficientes e que visem democratizar cada vez mais a educação formal e política.

Para futuras pesquisas, seria importante contar com bancos de dados que apresentem uma maior cobertura temporal e sejam, assim, capazes de captar de maneira mais precisa as transformações que ocorrem entre as diferentes gerações. Nesse sentido, testar outros recortes e marcos econômicos, políticos e sociais também pode trazer resultados mais robustos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMSON P. R., INGLEHART R. Generational Replacement and Value Change in Eight West European Societies. **British Journal of Political Science**, 1992. Disponível em: doi:10.1017/S0007123400006335. Acesso em 26 mar. 2024.
- ALMOND, G. A. “**The intellectual history of the civic culture concept.**” In: ALMOND, Gabriel. A.; VERBA, Sidney (Eds.). *The civic culture revisited*. Newbury Park: Sage, 1989. p. 1-36.
- ALMONG, G. A.; POWELL, G. B.; MUNDT, R. J. **Comparative Politics: a theoretical framework**. HarperCollins College Publishers, New York, 1993.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1963.
- ARRUDA, P. F. A transição política no Brasil: da abertura à Constituinte (1974-1988). **Ponto-e-Vírgula**, n. 26, p. 4-15, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/51516>. Acesso em: 04 nov. 2025.
- BELL, A. Age Period Cohort Analysis: A Review of What We Should and Shouldn't Do. **Annals of Human Biology**, v. 47, n. 2, p. 208–217, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03014460.2019.1707872>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- BONIFÁCIO, G. M. O.; CARVALHO, A. A. Mudanças no Cone Sul? Uma Análise Comparativa dos Perfis Materialista e Pós-materialista. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23075>.
- CASTRO, H. C. O.; CAPISTRANO, D; CASTILLO, S. I. V. Valores Morais e de Autoexpressão: pós-materialismo em/na crise? **Revista USP**. São Paulo, n. 131, p. 33-46, 2021
- CLAASSEN, C.; MAGALHÃES, P. C. Public Support for Democracy in the United States Has Declined Generationally. **Public Opinion Quartely**, v. 87, nº 3, 719-732, 2023.
- DALTON, R. J. **Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties in Advanced Industrial Democracies**. CQ Press, 2013.
- DALTON, R. J. **The Participation Gap: Social Status and Political Inequality**. Oxford University Press, 2017.

DEMARTINI, J. R., Change Agents and Generational Relationships: A Reevaluation of Mannheim's Problem of Generations, **Social Forces**, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sf/64.1.1>. Acesso em: 26 mar. 2024.

DITTMER, L. Political Culture and Political Symbolism: Toward a Theoretical Synthesis. **World Politics**, 29, pp 552-583, 1977. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0043887100017020. Acesso em: 29 out. 2025.

EASTON, D. A Re-Assessment of the Concept of Political Support. **British Journal of Political Science**, v. 5, no. 4, pp. 435-457, 1975.

EASTON, D. **A Systems Analysis of Political Life**. John Wiley & Sons, 1965.

EASTON, D.; DENNIS, J. Children in the Political System. **Political Science Quarterly**, v. 87, p. 98-102, 1972. Disponível em: <https://academic.oup.com/psq/articleabstract/87/1/98/7144523>. Acesso em: mar. 2024.

FOA, R.; MOUNK, Y. The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect. **Journal of Democracy**, vol. 27, no. 3, 2016. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/the-danger-of-deconsolidation-the-democratic-disconnect/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FOA, R.; MOUNK, Y. Youth and the Populist Wave. **Philosophy and Social Criticism**, vol. 45, 2019.

FUKS, M; PAULINO, R. O; CASALECCHI, G. Socialization and Political Regimes: the Impact of Generation on Support for Democracy in Latin America. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n1, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/XkTHBvKbkKRgwTLmhpFLcsQ/?lang=en>. Acesso em: 15 fev. 2024.

GRASSO, M. T. Age, period and cohort analysis in a comparative context: Political generations and political participation repertoires in Western Europe. *Electoral Studies*, 33, 63-76, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.electstud.2013.06.003>.

GRASSO, M. T.; FARRALL, S.; GRAY, E.; HAY, C.; JENNINGS, W. Socialization and generational political trajectories: an age, period and cohort analysis of political participation in Britain. **Journal of Elections, Public Opinion and Parties**, 29:2, 199-221, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17457289.2018.1476359>.

GREENBERG, E. **Political Socialization**. Taylor and Francis, 2017. Disponível em: <https://www.perlego.com/book/1577824/political-socialization-pdf>. Acesso em: 14 mar. 2024.

HUTTUNEN, J.; SAIKKONEN, I. Are the Young Undemocratic? Evidence from a Conjoint Experiment. **Journal of Representative Democracy** 707-723, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00344893.2023.2242386>.

INGLEHART, R. **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R. Democratização em perspectiva global. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v.1, n.1, p.9–67, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8640907>. Acesso em: 10 ago. 2023.

INGLEHART, R. How Solid Is Mass Support for Democracy: And How Can We Measure It? **Political Science and Politics**, vol.36, n.1, 2003.

INGLEHART, R. **Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies**. Princeton University Press, 1997.

INGLEHART, R. **The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, R; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: A sequência do desenvolvimento humano**. 1. ed. [S. l.]: Francis, 2009.

JACKMAN, R. W.; MILLER, R. A. A renaissance of political culture? **American Journal of Political Science**, v. 40, n. 3, p. 632–659, 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2111787>. Acesso em: 29 out. 2025.

JANMAAT, J. G.; HOSKINS, B. The Changing Impact of Family Background on Political Engagement During Adolescence and Early Adulthood. **Social Forces**, vol. 101, no. 1, pp. 227-251, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/sf/soab112>. Acesso em: 30 out. 2025.

JENNINGS, M. K.; STOKER, L.; BOWERS, J. Politics across Generations: Family Transmission Reexamined. **The Journal of Politics**, vol. 71, no. 3, 2009, pp. 782–99. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/s0022381609090719>. Acesso em: 14 mar. 2024.

JENNINGS, M. K.; NIEMI, R. G. 1981. **Generations and Politics: A Panel Study of Young Adults and Their Parents**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1981.

JOCKER, T., VAN DER BRUG, W., REKKER, R. Growing Up in a Polarized Party System: Ideological Divergence and Partisan Sorting Across Generations. **Political Behavior**, 2024.

Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11109-024-09917-x#citeas>. Acesso em: 28 fev. 2024.

LAAKER, D. Economic Shocks and the Development of Immigration Attitudes. **British Journal of Political Science**, 54(1), 220–240, 2024. Disponível em: doi:10.1017/S000712342300011X. Acesso em: 30 out. 2025.

LITTLE, A.T.; MENG, A. Measuring Democratic Backsliding. **Political Science & Politics**, 57(2), 149-161, 2024. doi:10.1017/S104909652300063X

MANNHEIM, K. **Sociologia**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

MCLEOD, S. Maslow's Hierarchy Of Needs. **SimplyPsychology**, 2023. Disponível em: https://www.simplypsychology.org/maslow.html?ez_vid=2cae626a2fe896279da43d587baa3eb663083817. Acesso em: 18 ago. 2023.

MISHLER, W.; ROSE, R. Generation, Age, and Time: The Dynamics of Political Learning during Russia's Transformation, **American Journal of Political Science**, 2007. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4620102>. Acesso em: 18 ago. 2023.

NIEMI, R. G. **The Politics of Future Citizens: New Dimensions in the Political Socialization of Children**. San Francisco: Jossey-Bass, 1974.

Nord, Marina, Martin Lundstedt, David Altman, Fabio Angiolillo, Cecilia Borella, Tiago Fernandes, Lisa Gastaldi, Ana Good God, Natalia Natsika, and Staffan I. Lindberg. 2024. **Democracy Report 2024: Democracy Winning and Losing at the Ballot**. University of Gothenburg: V-Dem Institute.

NORRIS, P. **Critical Citizens: Global Support for Democratic Government**. Oxford University Press, 1999.

NORRIS, P. **Democratic Deficit: Critical Citizens Revisited**. Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism**. Cambridge University Press; 2019.

OKADO, L. T. A. **Juventude e participação política no Brasil: efeitos de ciclos de vida ou geração?**. Orientador: Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013. Disponível em: <http://www.pgc.uem.br/arquivos-dissertacoes/lucas-okado.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2023.

PATEMAN, C. Political culture, political structure and political change. **British Journal of Political Science**, v. 1, n. 3, p. 291–305, 1971. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/193390>. Acesso em 29 out. 2025.

PETERSON, T.; TOLLEFSON, K. A Scientific Discussion of Post-Materialism Values and Environmental Behavior. **Businesses**, 4, 347-370, 2024. <https://doi.org/10.3390/businesses4030022>.

PUTNAM, R. D. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

PYE, L. W. Political culture revisited. **Political Psychology**, v. 12, n. 3, p. 487–508, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3791758>. Acesso em: 29 out. 2025.

RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 45, 1998. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/200/193>. Acesso em: 18 de ago. 2023.

RIBEIRO, E. A consistência das medidas de pós-materialismo: testando a validade dos índices propostos por R. Inglehart no contexto brasileiro. **Sociedade E Estado**, 22(2), 371–400, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000200006>.

RIBEIRO, E. A. Pós-materialismo e participação política no Brasil. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, 2008a.

RIBEIRO, E. A. Valores Pós-materialistas e Adesão Normativa à Democracia Entre os Brasileiros. **Revista Debates**, 2(2), 103–133, 2008b. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.6048>.

RIBEIRO, E. A. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Sociologia. Curitiba, p.300, 2008c. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/17740>. Acesso em: 15 mar. 2024.

RIBEIRO, E. A.; AYRES, C. S. Democracia, participação e mudança geracional no Brasil. **Século XXI: Journal of Social Sciences**, 1(2), 62–78, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/4871>. Acesso em 14 fev. 2024.

SEARING D., WRIGHT G., RABINOWITZ G. The Primacy Principle: Attitude Change and Political Socialization. **British Journal of Political Science**, 1976. Disponível em: doi:10.1017/S0007123400000533. Acesso em: 26 mar. 2024.

SEARS, D. O.; FUNK, C. L. Evidence of the Long-Term Persistence of Adults' Political Predispositions. **The Journal of Politics**, 61(1), 1–28, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2647773>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SEARS, D. O.; VALENTINO, N.A. Politics Matters: Political Events as Catalysts for Preadult Socialization. **American Political Science Review**, 1997. Disponível em: doi:10.2307/2952258. Acesso em: 14 mar. 2024.

SIGEL, R. S. **Learning About Politics: a Reader in Political Socialization**. Random House, 1970.

SMETS, K. Revisiting the political life-cycle model: later maturation and turnout decline among young adults. *European Political Science Review*, 8:2, 225-249, 2016. DOI: 10.1017/S1755773914000460. Acesso em: 7 maio 2025.

SMETS, K., & NEUNDORF, A. The hierarchies of age-period-cohort research: Political context and the development of generational turnout patterns. **Electoral Studies**, 33, 41-51, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261379413000899?via%3Dihub>. Acesso em: 20 fev. 2024.

TORMOS, Raúl. Postmaterialist Values and Adult Political Learning. Intracohort Value Change in Western Europe. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 2012. Disponível em: https://reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_140_Tormos_english1349779874924.PDF. Acesso em: 18 ago. 2023.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 205-224, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/pYGppjZyvTjJH9P89rMKHMv/#>. Acesso em: 14 fev. 2024.

WVS. **WVS Database**, 2020. Programa internacional de pesquisa. Disponível em: <https://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>. Acesso em: 10 ago. 2023.

YANG, Y., LAND, K. C. **Age-Period-Cohort Analysis: New Models, Methods, and Empirical Applications**. CRC Press, 2013.

APÊNDICE - Tabelas Complementares

Tabela 10 - Efeitos Marginais Médios (Gerações Políticas)

Geração política	Margin	Std. Err.	t	[95% Conf. Interval]	
Ditadura	2,087666***	,0261294	79,90	2,036441	2,138891
Redemocratização	2,210721***	,034191	64,66	2,143692	2,27775
Consolidação	2,109686***	,0289037	72,99	2,053022	2,16635
Crise	2,210424***	,0845731	26,14	2,044623	2,376224

Observações 5,019

Nota: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.10

Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Tabela 11 - Efeitos Marginais Médios (Escolaridade)

Escolaridade	Margin	Std. Err.	z	[95% Conf. Interval]	
Baixa	1.946301***	,0340392	57.18	1.8795864	2.013017
Média	2.172607***	,0323901	67.08	2.109124	2.23609
Alta	2.531071***	,0453901	55.76	2.442108	2.620034

Observações 5,019

Nota: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.10

Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Tabela 12 - Efeitos Marginais Médios (Interesse por Política)

Interesse por política	Margin	Std. Err.	z	[95% Conf. Interval]	
Alto	2.386224***	,0510487	46.74	2.286171	2.486278
Médio	2.153094***	,0292754	73.55	2.095715	2.210473
Baixo	1.958213***	,0338928	57.78	1.891784	2.024641

Observações 5,019

Nota: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.10

Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018

Tabela 13 - Efeitos Marginais Médios (Condição Juvenil)

Condição juvenil	Margin	Std. Err.	z	[95% Conf. Interval]	
Jovem	2,246956***	,0585482	38,38	2,132204	2,361708
Transição	2,153636***	,0397503	54,18	2,075726	2,231545
Adulto	2,120809***	,0299359	70,84	2,062136	2,179482

Observações 5,019

Nota: *** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.10$

Fonte: Elaboração própria. World Values Survey-Brasil 1997, 2006, 2014 e 2018